

CAPÍTULO 6

POPULAÇÃO E MÉTODO

CARACTERIZAÇÃO DOS COABITANTES ENTREVISTADOS

Quem são os protagonistas da coabitação? Que características estruturais definem o perfil ou os perfis sociais da população estudada? Pretende-se neste capítulo fazer uma breve caracterização dos coabitantes entrevistados com base numa série de variáveis sociográficas recolhidas durante o trabalho de campo. A dificuldade em classificar, nomeadamente em grupos ou classes sociais, reside na diversidade e dinâmica das situações particulares que escapam, por vezes, às grelhas tipológicas utilizadas. A realidade social é sempre mais complexa que os conceitos que procuram apreendê-la e, por outro lado, a operacionalização dos mesmos implica sempre procedimentos que resultam em simplificações.

Procurou-se, através dos quadros 1, 2, 3 e 4, descrever em simultâneo a idade, o nível de escolaridade, a condição perante o trabalho, a trajectória e a profissão actual dos entrevistados e cônjuges considerados individualmente. A informação neles contida corresponde também a uma matriz de variáveis e indicadores utilizada na classificação da classe social do casal, a qual resultou da junção da classe ou fracção de classe de cada um dos seus membros. Esta última foi obtida através do cruzamento da variável nível de escolaridade com indicadores sócio-profissionais principais, designadamente a profissão e a situação na profissão. Especialmente no caso dos indivíduos desempregados ou de mulheres domésticas mas que já tiveram um trabalho remunerado, foi considerada a trajectória profissional desde a entrada em casal, ou mesmo anteriormente, até ao momento da entrevista. Na classificação dos coabitantes em classes e grupos sociais, foram ainda ponderados outros indicadores sócio-profissionais, tais como a posição hierárquica no trabalho (ex.: chefe de estação dos correios; encarregado de secção) e o vínculo laboral em

termos da sua duração e tipo (efectivo, a prazo, biscates, etc.). Sempre que possível, mas não em todos os casos devido ao risco de perda de anonimato, foi identificada a empresa ou organização onde os entrevistados exercem ou exerceram a actividade profissional.

A fim de facilitar a leitura dos quadros, optou-se por mencionar a profissão actual em vez da categoria “exerce uma profissão” quando os indivíduos são activos com trabalho ou trabalham e estudam (ver última coluna). Nas outras situações aparece descrita a situação perante o trabalho que corresponde às categorias de desempregado/a, trabalho temporário/biscates, doméstica e reformado/a. A situação na profissão incluída na coluna da “trajectória profissional” só é referida quando é diferente de “assalariado por conta de outrem”. Os entrevistados aparecem identificados (ver primeira coluna) por referência ao sexo (“ele” ou “ela”) e ao número atribuído a cada entrevista. A informação relativa a cada membro do casal distingue-se pela sua associação à palavra “ela” ou “ele”. Independentemente de quem foi o elemento do casal entrevistado, as variáveis de caracterização dizem respeito aos dois: em primeiro lugar aparece a informação relativa à mulher e em segundo a informação relativa ao homem. Assim, só para dar um exemplo, relativamente à variável idade do casal nº 48 (quadro 1), em primeiro lugar vem a idade dela e a seguir a idade dele (40/41). O mesmo critério, sequencial, foi usado em todas as variáveis excepto na classe social do casal; por um lado, para evitar repetir designações (ex.: PTEI + IPP para um casal e IPP + PTEI para outro casal) e, por outro, por uma questão de «arrumação» na apresentação dos quadros.

Depois da classificação dos entrevistados e cônjuges numa classe ou combinatória de fracções de classe, os mesmos foram reordenados em quatro grupos sociais, com as seguintes «etiquetas»:

Grupo I – Profissionais Intelectuais, Científicos e Técnicos

Grupo II – Sectores Intermédios

Grupo III – Operários, Empregados Executantes e outros

Grupo IV – Sectores Desqualificados das classes populares

Acresce ainda referir que para efeitos de caracterização da população estudada cada grupo corresponde a um quadro (ver quadros 1, 2, 3 e 4).

Grupo I – Profissões Intelectuais, Científicas e Técnicas (Assalariados, Empresários e Profissionais Liberais)

Quadro 1

N.º da Entrevista	Classe Social do Casal (Entrevistado + Cônjuge)	Idade	Nível Escolar.	Trajectória Profissional + Situação na Profissão + (posição hierárquica; vínculo laboral)		Profissão Actual e Condição perante o Trabalho	
		Ela/Ele	Ela / Ele	Ele	Ela	Ele	Ela
N.º1 Ela	PTE *	22/ 21	Frequência Licen. Gestão	Estudante universitário	Estudante universitária	Estudante	Estudante
N.º 48 Ela	PIC	40/ 41	Doutora./ 2ºciclo Sociologia/	Artista Plástico	Professora universitária	Artista	Professora
N.º4 Ele		31/ 30	Licenc./ Licenc. Sociologia/Sociologia	Investigador Júnior; Bolseiro Doutoramento da FCT	Tradutora e aluna de Mestrado; Investigadora com funções de coordenação de Projecto	Investigador/ Doutorando	Investigadora/ Estudante Mestrado
N.º 29 Ele		32/ 34	Licenc. / Licenc. Línguas/Ed. Física	Professor de Educação Física ensino secundário	Professora inglês ensino secundário	Professor	Professora
N.º 10 Ela		27/ 29	Licenc. / Licenc. Química/ Física	Estágio remunerado em Investigação; Bolseiro da FCT no Doutoram. em Física	Estágio remunerado em Investigação Científica, 1º ano; Bolseira da FCT no Mestrado em Química	Estudante de Doutoramen/ Investigador	Estudante Mestrado/ Investigadora
N.º 12 Ele		38/ 48	Licenc. / Licenc. Línguas/Ed.Física	Professor do ensino Secundário	Professora do 3º ciclo	Professor	Professora
N.º 15 Ele		41/ 36	Licenc/ Doutora. Antrop./Comunicação	Professor universitário	Jornalista; Professora; Lojista/negócio; Desempregada; Estudante (curso terapia da fala)	Professor universitário	Estudante Licenciatura/ Desempregada

* Trata-se de uma classe «virtual», tendo em conta uma trajectória provável em termos do tipo de profissão que os dois irão exercer após conclusão da licenciatura. Trata-se de um caso específico, a vários níveis, nomeadamente por ser o único caso de jovem estudante universitária entrevistada e, também, por não se “encaixar” na tipologia de perfis de coabitação construída. Optámos, no entanto, por incluir este caso na descrição da população estudada.

Grupo I (Continuação)

N.º da Entrevista	Classe Social do Casal	Idade	Nível Escolar.	Trajectória Profissional + Situação na Profissão + (posição hierárquica; vínculo laboral)		Profissão Actual e Condição perante o Trabalho	
		Ela/Ele	Ela / Ele	Ele	Ela	Ele	Ela
N.º 32 Ela	PIC +PTEI	30/ 30	Licen. / Secundário R. Humanos/ curso 1º Sargento	Militar da Marinha + formação profissional	Técnica de Recursos Humanos há 4 anos (efectiva)	1º Sargento da Marinha	Técnica de Recursos Humanos
N.º 47 Ela		35/ 44	Mestrado/ Licenc. Sociologia/Engenha	Engenheiro telecomunicações (efectivo)	Investigadora há vários anos Centro de Estudos (profissional livre) e bolseira da F.C.T doutoramento	Engenheiro	Investigadora e Doutoranda
N.º 5 Ela		30/ 30	Licenc./ Licenc. Sociologia/Gestão	Analista de crédito num banco	Investigadora Júnior; Bolseira Doutoramento da FCT	Analista de crédito	Investigadora e Doutoranda
N.º 21 Ele		26/ 31	Licenc / Secund. Antropologia	Administrativo; Técnico de informática qualificado (cursos de especialização)	Técnica recursos humanos 1 ano (saiu por opção); frequenta Mestrado Ciências Sociais e está escrever livro (literatura)	Técnico de Informática	Estudante Mestrado e “Escritora”
N.º 16 Ele		39/ 37	Licenc. / Licenc. Direito/ Sociologia	Administrativo na Câmara Municipal (efectivo)	Jurista Câmara Municipal (efectiva)	Administrativo	Jurista

Grupo I (Continuação)

N.º da Entrevista	Classe Social do Casal	Idade	Nível Escolar.	Trajectória Profissional + Situação na Profissão + (posição hierárquica; vínculo laboral)		Profissão Actual e Condição perante o Trabalho	
		Ela/Ele	Ela / Ele	Ele	Ela	Ele	Ela
N.º 26 Ela	EDL + PIC	39/ 45	Licenc./ Licenc. Ed. Infância/ Línguas	Foi professor (britânico) de inglês no Cambridge; Profissional Liberal (oferece e organiza cursos de inglês para empresas)	Actividade jornalística após curso do C. Emprego; Educadora infantário; Desempregada há 1 ano	Prestador de Serviços em empresas (cursos de inglês)	Desempregada
N.º 9 Ela		41/ 47	Licenc./ 1º ciclo Sociologia	Avaliador de antiguidades empresas leiloeiras e intermediário de obras de arte; conta própria há 7 anos	Telefonista; Secretária; Assistente de Investigação há 2 anos: bolseira da FCT	Avaliador de antiguidades	Assistente de Investigação
N.º 24 Ele	EDL + PTEI	38/ 33	Secund. / Licenc. Línguas	Foi professor (britânico) de inglês no Cambridge; Director da sua própria empresa há 3 anos: escola de línguas.	Secretária; Oficial de justiça tribunal (efectiva)	Director de Escola de Línguas	Oficial de Justiça

EDL – Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (inclui técnicos e profissionais de nível intermédio, bem como profissionais intelectuais e científicos se forem patrões ou trabalhadores por conta própria/ profissionais liberais); **PTE** – Profissionais Técnicos e de Enquadramento Assalariados (PIC + PTEI); **PIC** – Profissões Intelectuais e Científicas; **PTEI** – Profissões Técnicas e de Enquadramento Intermédio.

Grupo II – Sectores Intermédios

Quadro 2

N.º da Entrevista	Classe Social do Casal (Entrevistado + Cônjuge)	Idade	Nível Escolar.	Trajectória Profissional + Situação na Profissão + (posição hierárquica; vínculo laboral)		Profissão Actual e Condição perante o Trabalho	
				Sexo	Ela/Ele	Ela / Ele	Ele
N.º 39 Ele	PTEI	35/ 31	Secund/ Secund	Técnico de qualidade há 7 anos (ambos na mesma empresa)	Técnica de qualidade há 7 anos (efectiva)	Técnico de qualidade	Técnica de qualidade
N.º 7 Ela		65/67	Secund/ 3º ciclo	Chefe estação dos correios	Chefe estação dos correios/ Técnica Superior dos CTT	Reformado	Reformada
N.º 44 Ele	IPP	31/ 33	Secund./ Licenc. incompleta em Marketing e Publicidade	Designer numa gráfica; empresário em nome individual no mesmo ramo	Designer numa gráfica; empresária de publicidade (com um empregado)	Empresário de Publicidade	Empresária de Publicidade
N.º 3 Ele	EE	22/ 24	Secund/Secund.	Informático e administrativo numa associação de desenvolvimento local	Empregada de mesa	Administra/	Desempreg/
N.º 11 Ele		28/ 31	3º ano Medicina/ Secund.	Administrativo no UNIC há 2 anos e meio (efectivo)	Administrativa no I. das F. Armadas	Administra/	Administra/ e Estudante Medicina
N.º 13 Ela		32/ 33	Secund/ 3º ciclo	Operário na AutoEuropa; motorista;	Secretária; Assistente Marketing (efectiva)	Desempreg/	Assistente Marketing
N.º 22 Ele		36/ 48	3º ciclo /3º ciclo	Relações públicas na Feira Anual Internacional de Macau; com trabalhos temporários; é jardineiro por conta d'outrem	Nasceu e viveu em Macau (origem chinesa) lá e cá agente da P.S.P. (trabalho administrativo)	Jardineiro	Agente da PSP
N.º 17 Ela	PTEI + EE	32/ 29	Licenc / 3º ciclo Gestão/	Vendedor de bebidas Conta de outrem	Administrativa Principal (há 11 anos); Antes Trabalhadora-Estudante	Vendedor	Administra/ Principal

Grupo II (Continuação)

N.º da Entrevista	Classe Social do Casal	Idade	Nível Escolar.	Trajectória Profissional + Situação na Profissão + (posição hierárquica; vínculo laboral)		Profissão Actual e Condição perante o Trabalho	
		Ela/Ele	Ela / Ele	Ele	Ela	Ele	Ela
N.º 2 Ela	PTEI + IPP	55/ 42	Secund/ Curso médio de BAD	Técnico de BAD	Supervisora de lojas e Animadora a tempo parcial lar idosos; semi-desemprego: só o lar; o lar e pequeno comércio	Técnico de BAD e Estudante licenciatura	Comerciante (loja roupa) Animadora
N.º 18 Ela		35/ 37	Bachar./Secund. Arquitectura de Interiores	Gerente discoteca; Vendedor; Patrão pequena empresa consumíveis para indústria	Decoradora de lojas; Desenhadora no G.T.L. (há 8 meses)	Gerente de empresa	Desenhadora
N.º 8 Ela	PTEI + EE	27/ 31	curso cinema incompleto/ abandonou 1ºano de Arquitectura	Trabalhador Independente (arranja computadores)	Produtora gráfica há 5 anos numa agência de publicidade (efectiva)	Informático	Produtora gráfica
N.º 45 Ela	PTEI + OI	25/ 31	Secund/Secund.	Logístico supermercado; Logístico na Delfy - chefe de secção (efectivo)	Administrativa; Caixa Supermercado; Operária (há 9 meses)	Logístico	Operária
N.º 35 Ele		29/ 28	Secund/ Secund	Técnico de manutenção na Ford; Encarregado na secção há 5 anos noutra empresa	Operadora fabril há 9 anos	Técnico de manutenção	Operária
N.º 37 Ele		23/ 30	3º ciclo/Secund. curso Sargento Marinha	Militar / 1º Sargento na Base Naval do Alfeite	Operária, engravidou e perdeu o emprego; empregada de balcão; Operadora fabril (há 2 meses)	1º Sargento na Marinha	Operária

PTEI – Profissões Técnicas e de Enquadramento Intermédio; **IPP** – Independentes e Pequenos Patrões; **EE** – Empregados Executantes; **OI** – Operários Industriais

Grupo III – Operários, Empregados Executantes e Outros

Quadro 3

N.º da Entrevista	Classe Social do Casal (Entrevistado + Cônjuge)	Idade	Nível Escolar.	Trajectória Profissional + Situação na Profissão + (posição hierárquica; vínculo laboral)		Profissão Actual e Condição perante o Trabalho	
		Ela/Ele	Ela / Ele	Ele	Ela	Ele	Ela
N.º 36 Ele	OI	26/ 30	3º ciclo/ 1º ciclo	Serralheiro oficina de alumínio (efectivo)	Promotora Círculo de Leitores; Operadora de linha (há 8 meses)	Operário	Operária
N.º 19 Ela	OI + EE	50/ 52	Sabe ler e escrever/1º ciclo	Operário dos lanifícios desde os 14 anos	Operária têxtil (dos 14 aos 39); Empregada de limpeza à hora em lojas	Operário	Empregada de limpeza
N.º 42 Ela		51/ 69	3ºciclo/ 3ºciclo	Serralheiro na EDP; Reformado; faz biscates (portões ferro, electricista)	Administrativa, há 30 anos na Função Pública	Operário Reformado	Administrat/
N.º 14 Ele	O + IPP	63/ 68	Analfabeta / 1º ciclo	Operário Têxtil, reforma aos 45 anos; “pequeno comércio de contrabando”; Taxista conta própria	Operária têxtil, reforma aos 42 anos por invalidez (fictícia); Doméstica	Taxista (ex-operário)	Doméstica (ex-operária)
N.º 41 Ele		44/ 49	2º ciclo/ 2ºciclo	Manobrador de Máquinas (efectivo) e biscates como electricista	Cabeleireira conta d’outrem, passou para conta própria (com 1 empregada)	Operário	Cabeleireira
N.º 40 Ela	EE + OM	33/ 28	3º ciclo/ 2º ciclo	Agricultor: cultivo e pequeno negócio (ovelhas, venda de lenha); Manobrador (tractor): empresa de obras públicas	Operária (operadora linha); passou para chefe de 2 pessoas no armazém, há 7 anos na empresa	Agricultor pluriactivo	Empregada de armazém

Grupo III (Continuação)

N.º da Entrevista	Classe Social do Casal	Idade	Nível Escolar.	Trajectória Profissional + Situação na Profissão + (posição hierárquica; vínculo laboral)		Profissão Actual e Condição perante o Trabalho	
		Ela/Ele	Ela / Ele	Ele	Ela	Ele	Ela
N.º 6 Ele	EE	37/ 28	1º ciclo / 3º ciclo	Segurança há seis anos numa universidade (efectivo empresa segurança)	Foi auxiliar copa restaurante;	Segurança	Desempreg/
N.º 20 Ela		19/19	3º ciclo / 3º ciclo	Curso do C. Emprego cozinheiro; ajudante de instalações Cabo-Visão; Serviço Militar; empregado de café	Curso do Centro de Emprego/ empregada de mesa (em vários sítios); desempregada; limpezas à hora	Empregado de café	Empregada de limpezas
N.º 23 Ela		46/ 38	3º ciclo (11º ano na Alemanha) / 2º ciclo	Guarda Camarário / segurança há 15 anos (efectivo)	Ajudante de apoio domiciliário do lar de idosos (efectiva)	Guarda camarário	Ajudante apoio domiciliário
N.º 30 Ela		40/ 31	Secund./ 3º ciclo	Empregado de balcão há 6 anos (efectivo)	Auxiliar de fisioterapia 12 anos; Ajudante apoio domiciliário do centro paroquial	Empregado de balcão	Ajudante apoio domiciliário
N.º 46 Ela		28/ 29	Secund./ 3º ciclo	Operário linha produção; passou para armazém (efectivo)	Operária; Coordenadora de linha; passou a administrativa, há 7 anos na empresa	Empregado armazém	Administrat/

Grupo III (Continuação)

N.º da Entrevista	Classe Social do Casal	Idade	Nível Escolar.	Trajectória Profissional + Situação na Profissão + (posição hierárquica; vínculo laboral)		Profissão Actual e Condição perante o Trabalho	
		Ela/Ele	Ela / Ele	Ele	Ela	Ele	Ela
N.º 43 Ela	EE + IPP	39/ 45	3ºciclo/ 2ºciclo	Sub-chefe de mesa; Café por conta própria (1 empregado)	Empregada de mesa; Projecto de Esteticista por conta própria	Gerente de café	Esteticista
N.º 31 Ela		38/50	2º ciclo/ 3º ciclo	Pequena loja de reparações de TV's e rádios, conta própria	Empregada Limpeza nos Bombeiros (efectiva)	Lojista	Empregada limpeza
N.º 25 Ela	EE + PTEI	42/ 37	1º ciclo / Secund.	Agente da P.S.P.	Empregada de limpeza numa universidade (efectiva, há 9 anos)	Agente da P.S.P.	Empregada limpeza

O/OI - Operários ou Operários Industriais; **OM** – Operariado Misto (agricultor independente e operário); **EE** – Empregados Executantes; **IPP** – Independentes e Pequenos Patrões; **PTEI** – Profissões Técnicas e de Enquadramento Intermédio.

Grupo IV – Sectores Desqualificados das Classes Populares

Quadro 4

Nº da Entrevista	Classe Social do Casal (Entrevistado + Cônjuge)	Idade	Nível Escolar.	Trajectória Profissional + Situação na Profissão + (posição hierárquica; vínculo laboral)		Profissão Actual e Condição perante o Trabalho	
		Ela/Ele	Ela / Ele	Ele	Ela	Ele	Ela
N.º 28 Ele	EE	41/ 41	1º ciclo/ 1ºciclo	Vendedor ambulante; Vigilante / segurança na Porta Amiga há 3 anos (através dos POC' s)	Feirante com os pais até aos 17 anos, doméstica após coabitação; desde há 4 anos trabalha na cantina da Porta Amiga (através dos POC' s)	Segurança	Auxiliar cantina
27 Ela	EE + O/OI	45/ 42	1º ciclo/ sabe ler e escrever	Pintor na construção civil	Guineense, veio com 32 anos, trabalhou sempre em limpezas; há 3 anos na Porta Amiga da AMI, (POC do C. Emprego)	Desempregado	Empregada limpezas
33 Ela		35/ 44	1º ciclo/ sabe ler e escrever	Montagem de andaimes na construção naval à empreitada	Foi auxiliar cozinha restaurante	Biscates	Desempregada
34 Ela		76/ 76	1º ciclo/ 1º ciclo	Electricista nos caminhos ferro; Operário na Siderurgia	Doméstica com algum trabalho remunerado: limpezas aqui e ali, nunca descontou para a segurança social; voluntária na AMI “para se distrair”	Operário Reformado	Doméstica
38 Ele		36/ 39	1º ciclo/ 1º ciclo	Biscates na Construção civil (sem contrato): pintor, pedreiro, canalizador ...	Auxiliar copa; Limpezas; desempreg.; jardineira após curso do C. Emprego	Biscates	Jardineira

EE – Empregados executantes; **O / OI** - Operários e Operários Industriais

O sexo e a classe social dos coabitantes

Foram entrevistados ao todo 20 homens e 28 mulheres de diferentes grupos sociais. Procuraremos discutir a seguir quais os critérios utilizados na divisão dos coabitantes em grupos e os modelos ou tipologias de classes sociais que lhe estão subjacentes.

A maioria dos entrevistados do **grupo I** pertence à *pequena burguesia intelectual e científica*, fracção de classe incluída na pequena burguesia técnica e de enquadramento segundo a tipologia de Ferreira de Almeida e outros (1988, 1989 e 1990), juntamente com a pequena burguesia intermédia técnica e de enquadramento. No nosso estudo optámos por separar as duas fracções de classe, incluindo a última nos sectores intermédios, por considerarmos o capital escolar de importância decisiva na discriminação dos comportamentos e representações face à família e à conjugalidade. Na investigação de Firmino da Costa (1999) sobre o bairro de Alfama, a tipologia original que ele próprio ajudou a construir surge reformulada e com novas designações¹, mantendo-se, no entanto, a não distinção entre “especialistas das profissões intelectuais e científicas”, quase sempre portadores de um diploma do ensino superior e “técnicos e profissionais de nível intermédio” com menores capitais escolares. Pensamos que a nova tipologia utilizada já em vários trabalhos (Mauritti, 2002; Machado *et al.* 1995) se apresenta mais «neutra» que a grelha original, esvaziando o conteúdo «classista» das designações anteriores, mais marcado pela matriz teórica marxista. Por exemplo, o grupo sócio-profissional dos «EDL», é utilizado em substituição da terminologia burguesia empresarial, burguesia dirigente e burguesia profissional. Esta nova grelha tipológica tem, no entanto, a vantagem de facilitar a classificação dos indivíduos em classes sociais a partir do cruzamento entre os grandes grupos de profissões e o indicador situação na profissão, permitindo, nomeadamente, comparações internacionais (Costa *et al.* 2000 e 2004). Compreende-se a utilização de uma classificação de «banda larga» quando se está a trabalhar com contingentes populacionais elevados, o que não é o caso da presente investigação.

No grupo I estão, portanto, incluídos todos os entrevistados e respectivos cônjuges que possuem o grau de licenciatura, sendo, como já foi referido, na sua maioria indivíduos que pertencem à *pequena burguesia técnica e de enquadramento com profissões*

¹ Resumo da grelha tipológica do autor:

EDL – Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais; **PTE** – Profissionais Técnicos e de Enquadramento; **TI** – Trabalhadores Independentes; **AI** – Agricultores Independentes; **AA** – Assalariados agrícolas; **O** – Operários; **EE** – Empregados Executantes.

intelectuais e científicas. Tanto na tipologia original de Ferreira de Almeida e a sua equipa (1988) como na reformulação mais recente de António Firmino da Costa (1999), não se faz a distinção entre, por um lado, especialistas das profissões intelectuais e científicas assalariados com licenciatura e, por outro, técnicos e profissionais assalariados de nível intermédio sem licenciatura. Ambos são incluídos no mesmo grupo ou fracção de classe – no primeiro caso na pequena burguesia técnica e de enquadramento (PBTE) e na versão mais recente no grupo dos profissionais técnicos e de enquadramento (PTE). No nosso estudo assumimos o capital escolar como um dos principais factores que influenciam as diferenças de atitudes, comportamentos e representações dos coabitantes entrevistados face à conjugalidade, à família e às relações de género.

Nesta linha de ideias, os técnicos e profissionais assalariados de nível intermédio que não possuem um diploma do ensino superior foram incluídos nos sectores intermédios, à excepção dos casos em que os cônjuges são profissionais intelectuais, científicos e técnicos ou pertencem ao grupo dos «EDL» na qualidade de empresários dirigentes. O critério para a sua classificação no grupo I advém da selecção do membro do casal que possui as qualificações académicas e profissionais mais elevadas e que coincide com a pessoa entrevistada².

Outra das adaptações em relação às grelhas tipológicas que servem de inspiração à classificação utilizada nesta investigação, refere-se à inclusão no grupo I, dado o número reduzido de casos, de pequenos empresários (dirigentes das suas próprias empresas) e profissionais liberais que Firmino da Costa (1999) coloca no grupo dos EDL (empresários, dirigentes e profissionais liberais) e que Ferreira de Almeida e outros (1988) distinguiram anteriormente como burguesia empresarial, dirigente e profissional. Os entrevistados a que nos referimos, ou os seus parceiros coabitantes, têm em comum com os assalariados do grupo I, de onde são oriundos e com os quais mantêm uma relação de grande proximidade (tratam-se de dois ou três casos de indivíduos que têm trajectórias de mobilidade ascendente), possuírem as mais elevadas qualificações escolares e profissionais relativamente aos outros grupos considerados nesta análise. O cruzamento com o grupo social do cônjuge reforça a pertinência da sua classificação no grupo I juntamente com os coabitantes de condição assalariada.

² Foi o caso do casal nº 48, nº 32, nº 9 e nº 24, em que os cônjuges com menores habilitações escolares (ao nível do secundário, do 2º e 1º ciclo), têm profissões relativamente qualificadas ou artísticas e foram individualmente classificados nas fracções PIC e PTEI.

Nos Sectores Intermédios, ou **Grupo II**, foram incluídos, para além dos entrevistados da *pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédia*, os elementos da *pequena burguesia de execução* que exercem profissões em sectores administrativos e que detêm qualificações escolares e profissionais mais elevadas que os casais dos sectores executantes ou mistos incluídos no grupo III. Esta distinção interna à pequena burguesia de execução, justificada pelas diferenças de expectativas e de comportamentos, tendendo o subgrupo mais qualificado a aproximar-se dos sectores da pequena burguesia intermédia e o menos qualificado a aproximar-se dos sectores operários, foi empregue em outra investigação de natureza qualitativa sobre o casamento em Portugal (Torres, 2002). Este grupo abrange também casais coabitantes em que um dos elementos do casal, ou os dois, exercem uma actividade profissional como *independentes ou dirigentes de pequenas empresas* (os casais IPP e PTEI + IPP). Existem ainda mulheres operárias com habilitações ao nível do secundário e 3º ciclo que vivem com parceiros coabitantes com o mesmo grau de escolaridade mas com um estatuto sócio-profissional superior (os casais PTEI + OI).

Todos os autores a que fizemos referência, não são apenas favoráveis, como defendem eles próprios a necessidade, imposta por razões de natureza conceptual e operatória, de adaptação das grelhas classificatórias à especificidade de cada situação de pesquisa.

No **Grupo III**, Operários, Empregados Executantes e Outros, colocámos os entrevistados e grupos domésticos *operários* (operários industriais, operários pluriactivos ou mistos) e os sectores da *pequena burguesia de execução mais desqualificada* e desprovida de recursos escolares (empregados/as de limpeza, dos serviços pessoais e domésticos, empregados executantes do comércio e serviços). Este grupo agrega ainda alguns segmentos da *pequena burguesia independente e proprietária com origem operária e executante*³, isto é, trabalhadores independentes e pequenos patrões com reduzidas qualificações e/ou fracos recursos escolares que possuem pequenos negócios ou lojas de comércio. A história do entrevistado nº 14 constitui um exemplo bastante elucidativo deste último subgrupo, ao mesmo tempo que mostra a pertinência das biografias individuais na classificação dos indivíduos e grupos domésticos em classes sociais. Luís, operário têxtil com a 4ª classe, conciliava a sua actividade na empresa de lanifícios com a de «contrabandista», expediente que lhe valeu a descolagem da condição operária. Reformou-se aos 45 anos da fábrica e montou um negócio por conta própria: é, desde então, taxista,

³ Estas situações foram verificadas através da análise qualitativa das entrevistas.

empregando também nessa actividade o filho comum do casal. A mulher, operária têxtil, obteve a reforma aos 42 anos por invalidez recorrendo, também ela, aos “conhecimentos” do parceiro de que ele, aliás, muito se orgulha. Luís considera-se uma pessoa bem relacionada e que toda a sua vida cultivou, num meio pequeno, boas relações com pessoas de *status* superior. Palmira que não sabe ler nem escrever, ocupou-se exclusivamente das tarefas domésticas, dos familiares idosos e dos três filhos, dois nascidos de casamentos anteriores (dela e dele) e outro do casal. Luís nunca quis casar, ao contrário da mulher, mas agora passados 37 anos de vida em comum, e chegando a uma certa idade, diz que tem a intenção de casar por uma questão de segurança: quando morrer não quer deixar a mulher «descalça».

Em quarto lugar, surge um grupo social que designámos, à falta de terminologia própria, por “Sectores Desqualificados das Classes Populares”, **Grupo IV**, recrutado entre os sectores mais desfavorecidos da população. Tratam-se de coabitantes pertencentes a *grupos urbanos com modos de vida precários* (antigos vendedores ambulantes, minorias étnicas pobres, casais toxicodependentes, imigrantes de origem rural com trajectórias sociais mal sucedidas) que vivem normalmente situações de desemprego intermitente ou de longa duração e exercem actividades económicas desqualificadas de carácter informal ou ocasional.

A idade dos entrevistados

O quadro 5 mostra a distribuição dos entrevistados por sexo e grupo social, acrescentando a informação relativa à média das idades.

Sem objectivos de representatividade, tentou-se durante o trabalho de campo recrutar um número mais ou menos equilibrado de homens e mulheres coabitantes em cada grupo social. Esta pretensão foi de uma maneira geral conseguida à excepção do grupo III, onde existem mais mulheres do que homens.

A média de idade dos entrevistados em todos os grupos sociais varia entre os 34/35 e os 40 anos⁴.

⁴ A idade média no grupo IV foi calculada excluindo a idade da coabitante nº 34 que oriunda de uma região interior norte do país, imigrante de origem rural há muitos anos a viver na zona de Almada, ficou grávida do namorado com 17 anos, foi viver junta e a seguir casou. A idade da entrevistada, actualmente com 76 anos, e tendo em conta o número reduzido de casos, alterava a média do grupo IV para 47 anos se aquela tivesse sido incluída.

Quadro 5 – Idade (média) dos entrevistados por sexo e grupo social do casal

Grupo	H (Média Idades)	M (Média Idades)	H+M	Média Idades
I	7 (36)	8 (33)	15	34
II	7 (32)	7 (36)	14	35
III	4 (44)	10 (38)	14	40
IV	2 (40)	3 (40)	5	40
<i>Total</i>	20 (37)	28 (38)	48	38

Quadro 6 – Primeiras e segundas uniões

Grupo	Primeira União			Segunda União (ou mais)		
	H	M	H+M	H	M	H+M
I	2	8	10	5	0	5
II	5	5	10	2	2	4
III	1	3	4	3	7	10
IV	1	1	2	1	2	3
<i>Total</i>	9	17	26	11	11	22

O indicador “Primeiras e segundas uniões” (quadro 6) permite-nos seguir a trajetória conjugal dos entrevistados independentemente do estatuto informal ou formal da união actual. Importa, no entanto, sublinhar, em primeiro, lugar que na população estudada catorze casais casaram após um período de vivência informal enquanto os restantes trinta e quatro permaneciam em coabitação no momento da realização da entrevista.

Nos grupos mais qualificados (grupo I e II), os coabitantes que entraram na conjugalidade pela primeira vez são praticamente o dobro daqueles que já passaram por uma, ou mais que uma, conjugalidade anterior. A situação inverte-se no grupo dos operários, empregados executantes e outros, onde predominam as segundas uniões. Para estes sectores sociais, mais desfavorecidos, a coabitação parece ser uma alternativa para quem transita de um casamento ou de uma relação anterior e não tanto para quem entra na conjugalidade pela primeira vez.

Quadro 7 – Filhos a viver com o casal no presente e no passado⁵

Grupo	Casais sem filhos	Casais com filhos					Só Dela	Total
		Só Comuns	Comuns + Dela	Comuns + Dele	Comuns + Dela+Dele			
I	7	7	0	0	0	1	8	
II	6	6	1	0	0	1	8	
III	2	3	4	0	1	3	11	
IV	0	3	0	1	0	0	4	
Total	15	21	5	1	1	5	33	

Na população estudada existem 33 casais que vivem, ou viveram, em formato de família com filhos e 15 que vivem apenas em casal. Dentro desta última categoria acontece, num número restrito de casos, que um dos elementos do casal, normalmente o homem, tem filhos mas a viver em outro agregado familiar⁶. Do total de casais com filhos, 21 têm exclusivamente filhos comuns e 12 têm filhos de relações anteriores.

Existem também aqueles casais sem filhos em comum mas com filhos de relações anteriores, só dela, a viver com o casal ou então com filhos do casal e dela, os quais perfazem ao todo cerca de um terço dos casais com filhos no agregado doméstico, hoje e/ou no passado. A coabitação de recomposição familiar segue aqui um padrão conhecido e idêntico ao do recasamento (Lobo e Palma, 2003): são geralmente as mulheres que transportam consigo os filhos de relações anteriores para dentro da relação actual. Em relação aos filhos, a expressão «os meus, os teus e os nossos» aplica-se apenas a um casal de origem operária com uma união de longa duração, o casal Luís e Palmira já aqui referido, ao passo que a expressão «os teus e os nossos», aplica-se apenas a um casal de origem guineense na situação rara em que os filhos dele de relações anteriores, e não os dela, vivem com o casal.

⁵ Os casais mais velhos cujos filhos adultos já saíram de casa foram também aqui contabilizados. Ou seja, procurou-se observar a presença de crianças ao longo do ciclo de vida familiar.

⁶ É o caso do entrevistado nº 12, com 48 anos, ela «solteira», com 38 anos, em que os dois planeiam ter filhos em comum, tendo ele dois filhos já crescidos de um casamento anterior que vivem com a mãe.

Quadro 8 – Casais sem filhos por duração da união e grupo social

Grupo	< 2 anos	2 a 3	3 a 4	4 a 6	6 a 8	> 8 anos
I	2	2	0	2	0	1
II	2	2	0	0	1	1
III	1	0	0	0	0	1
IV	0	0	0	0	0	0
Total	5	4	0	2	1	3

O quadro 8 pretende responder à questão: quando os entrevistados não têm filhos, vivem em casal há quanto tempo? O número de coabitantes sem filhos comuns, num total de 15 (destes, apenas dois são casados), diminui à medida que cresce a duração das uniões. Raros são aqueles que se mantêm sem filhos após 6 anos de vida em comum, embora se registre 3 casos de uniões com mais de 8 anos que tendem a excluir o projecto parental. Geralmente os casais sem filhos têm menos de 3 anos de vida em comum.

Quadro 9 – Casais com filhos por situação conjugal e grupo social

Grupo	Casados	Coabitantes
I	3	6
II	3	4
III	4	5
IV	1	4
Total	11	19

Em relação aos casais com filhos comuns, o quadro 9 permite saber quantos casaram e quantos permanecem em união de facto⁷.

Na população estudada, os casais que entraram na conjugalidade por via da coabitação e tiveram filhos mais tarde (30), cerca de um terço preferiram oficializar a união enquanto que os restantes mantêm-se juntos informalmente. Ou seja, os entrevistados com filhos que seguiram o percurso coabitação-casamento, até ao momento da realização da entrevista, são em menor número (11) do que aqueles que tiveram filhos fora do casamento e assim se mantêm (19).

⁷ Foram aqui incluídas duas mulheres do grupo I que tiveram filhos depois de realizada a entrevista mas que até ao momento continuam a viver em coabitação conjugal.

A distribuição dos entrevistados por grupo social do casal revela também, apesar do reduzido número de casos, algumas particularidades. Os entrevistados mais desprovidos de recursos (Grupo IV), parecem ter tendência, conforme assinalam os trabalhos que abordam a coabitação em Portugal (Ferreira e Aboim, 2002), para manter uma família com filhos sem recurso ao casamento. Não obstante, a entrada na parentalidade fora dos laços institucionais é uma opção que diz respeito a todos os grupos sociais, incluindo o grupo I, melhor posicionado em termos académicos e profissionais.

PESQUISA QUALITATIVA: OPÇÕES, PROCEDIMENTOS E ESTRATÉGIAS

A Entrevista em Profundidade

A escolha da entrevista em profundidade como estratégia de pesquisa e técnica de recolha de informação decorre das questões conceptuais orientadoras da presente investigação, as quais implicam a apreensão de significados, representações, percursos e práticas de conjugalidade coabitante. Este tipo de metodologia, de carácter flexível e versátil, pareceu-nos o mais adequado por permitir o acesso às experiências subjectivas dos coabitantes, às interacções, dinâmicas e contextos, centrados quer na perspectiva do indivíduo, quer do casal, como unidade de análise.

A utilização de um formato de entrevista semi-directivo justifica-se porque, nalgumas partes, havia necessidade de propor alguns temas enquanto, noutras, se previa dar maior liberdade aos entrevistados para contar a sua história de vida. A necessidade de conciliar uma abordagem baseada em algumas hipóteses e questões chave previamente estabelecidas pelo modelo de análise com uma abordagem de natureza mais informal que permitisse a descoberta de novas questões e o acesso a um conjunto mais rico e diversificado de informações levou-nos, pois, a recorrer a uma entrevista semi-estruturada. Além do mais, as entrevistas qualitativas não-estruturadas ou pouco estruturadas são particularmente válidas quando se está perante um novo terreno de pesquisa (Moreira, 1994:134). A imposição, neste caso, de um formato perfeitamente rígido e padronizado podia correr o risco de conduzir a investigação à perda de dados ou à alteração do seu significado. A escassez de estudos sobre a coabitação na sociedade portuguesa e o desconhecimento, quase total, acerca dos significados que os seus protagonistas lhe atribuem legítima, assim, a opção metodológica tomada.

Antes de passarmos à descrição do instrumento utilizado na recolha de informação e dos procedimentos que permitiram o acesso ao terreno, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre alguns dos problemas que se colocam à pesquisa qualitativa, normalmente criticada pela sua subjectividade, validade e representatividade.

O debate em torno de algumas questões metodológicas

Perspectiva etnossociológica e entrevista compreensiva

A entrevista em profundidade, utilizada no âmbito desta pesquisa, permitiu a recolha de dados variados e detalhados, susceptíveis de serem usados em análise qualitativa, os quais se assemelham àquilo que normalmente se designa por narrativas de vida e histórias de vida.

Segundo Piedade Lalanda, a história de vida remete para “a globalidade de uma existência”, contada na primeira pessoa, “feita de diferentes épocas ou fases”, enquanto que a narrativa “corresponde ao discurso de um actor sobre a sua história de vida”, ou parte dela, através da qual se procura entender “o modo como os indivíduos vivenciam o seu quotidiano, determinados acontecimentos, mudanças (...) ou momentos de transição” (Lalanda, 1998: 876-7). Ambas as noções, que acabam por ter muitos pontos de contacto, não escondem o facto da sociologia, ao utilizar a entrevista qualitativa, em particular a entrevista em profundidade, recolher simultaneamente material narrativo e autobiográfico. É a própria autora que o sublinha, citando Chanfrault-Duchet (1988, 28-29): “É narrativo, na medida em que o entrevistador solicita que o entrevistado «lhe conte como foi ...», utilizando para tal um fio condutor que confere coerência ao discurso narrativo. É autobiográfico, uma vez que essa narrativa se centra numa vida concreta, a do entrevistado, que fala na primeira pessoa e se torna o sujeito da história que é contada” (op. cit.: 879).

Na tradição antropológica, o uso de histórias de vida não é necessariamente um registo autobiográfico, uma vez que para além daquilo que uma pessoa pode contar sobre ela recorre-se, com frequência, ao testemunho oral de outros membros da comunidade ou, ainda, a outros documentos e fontes de informação. É neste sentido que o sociólogo norte-americano Norman Denzin emprega o termo «life history», ou estudo de caso, distinguindo-o do termo «life story» que diz respeito, segundo ele, à história de uma vida contada pela própria pessoa que a viveu (Denzin, 1970⁸ cit. in Moreira, 1994: 105).

Daniel Bertaux prefere falar em “abordagem biográfica” para designar o que ele entende ser não apenas uma técnica (a recolha de narrativas de vida por meio de entrevistas) mas a construção de uma nova perspectiva sociológica, ou mais precisamente, etnossociológica (Bertaux, 1980 e 1997).

⁸ Cf. N. K. Denzin, *The research Act*, Londres, Butterworth, 1970.

É nessa perspectiva que Jean-Claude Kaufmann defende, e coloca em prática (2000), a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica, privilegiando a relação aprofundada com os actores sociais, de que são exemplo a biografia, a narrativa, a história de vida e a entrevista em profundidade. O autor propõe o conceito de «entrevista compreensiva» (Kaufmann, 1996), recuperando os quadros conceptuais e epistemológicos do interaccionismo simbólico e da etnologia como meio de construir uma sociologia, também ela, compreensiva.

A sociologia compreensiva, no sentido weberiano, fundamenta-se numa concepção da realidade social em que os homens não são vistos como “simples agentes portadores de estruturas mas produtores activos do social, logo depositários de um saber importante que é preciso apreender do interior, por via do próprio sistema de valores dos indivíduos” (Kaufmann, 1996: 23). Sendo assim, o processo empático a que Weber chamou “*verstehen*” (Moreira, 1994: 105), e que conduz a uma atitude activa por parte do cientista social para se colocar na perspectiva dos observados, é uma etapa essencial da investigação. No entanto, conforme sublinha Kaufmann, a fase de «intropatia» não é um fim em si mesma, uma vez que o trabalho do sociólogo tem por objectivo procurar interpretar e explicar, de modo compreensivo, o social (1996: 23). “O sociólogo que escolhe a entrevista compreensiva como meio de investigação (...) encontra, através da narrativa de vida, o sentido, o pormenor, a particularidade, que torna um actor social um informador privilegiado e nos permite olhar a realidade social por dentro. O cientista como que encontra a intimidade da realidade social, porventura trivial e quotidiana” (Lalanda, 1998: 882). Kaufmann salienta (1996:123), porém, que o esforço do entrevistador para compreender intimamente a maneira como a pessoa pensa e age não deriva somente de uma postura psicológica com que, muitas vezes, a empatia se confunde. Este tipo de abordagem metodológica, inspirado na antropologia, e que consiste em considerar os entrevistados como informadores, visa desenvolver a explicação sociológica, através de uma dialéctica permanente entre reflexão teórica e realidade concreta, e colocar em evidência os processos sociais.

Vários trabalhos no âmbito da sociologia da família portuguesa têm utilizado a entrevista em profundidade nas suas pesquisas, tomando como referência fundamental as propostas de Kaufmann acerca da «entrevista compreensiva», quer em articulação com outros procedimentos de recolha de informação, quer como foco central da investigação

(Aboim, Sofia, 2004; Almeida, Ana Nunes, 1993; Dias, Isabel, 2004; Lalanda, Piedade 2004; Leite, Sofia, 2002; Torres, Anália, 2002; Wall, Karin, 1998).

Mas ninguém melhor do que o próprio autor para explicar o seu conceito de entrevista (compreensiva), que ele diz resistir a uma excessiva formalização metodológica, por oposição a uma «sociologia industrial» e sem «imaginação», sem deixar, no entanto, de possuir uma forte coerência interna⁹; situando-se nos antípodas de um método improvisado, a entrevista compreensiva baseia-se, contudo, num «saber-fazer» artesanal, “numa arte discreta do «bricolage»,” e recebe a influência de escolas vizinhas: em primeiro lugar, as “diversas técnicas de investigação qualitativa e empírica, principalmente as técnicas etnológicas de trabalho com informadores. Mas, e reside aqui a originalidade (...), os dados qualitativos recolhidos «in situ» estão concentrados na palavra registada em banda magnética, que se vai tornar o elemento central do dispositivo. Logo, ela baseia-se também na técnica habitual da entrevista semi-directiva” (Kaufmann, 1996: 8).

Para além de permitir o acesso ao «mundo» dos entrevistados e aos «significados» dos fenómenos descritos, a entrevista compreensiva tem ainda a vantagem de possibilitar a análise dos comportamentos através da análise dos discursos. A este propósito o autor afirma que “os etnólogos ficarão desconcertados face a este método que permite, por exemplo, analisar as práticas utilizando a palavra, e os especialistas da entrevista semi-directiva ficarão surpreendidos ao constatar o grande número de inversões nas suas instruções habituais (sobre a neutralidade, a amostra, etc.)” (*op cit.*: 8). A entrevista compreensiva inscreve-se numa constelação teórica diversificada¹⁰ que visa enfrentar, e superar, alguns dos “nós de problemas” que desde há muito se colocam à sociologia, nomeadamente a articulação entre «o micro e o macro», «o subjectivo e o objectivo», «o individual e o colectivo», «a observação e a reflexão».

Em relação à última dicotomia, e às formas de a ultrapassar, refira-se, em particular, a ideia de uma teoria fundada sobre os factos, que emerge do terreno (Grounded

⁹ Toda a obra (Kaufmann, 1996), da primeira à última página, revela este tipo de posicionamento teórico-metodológico e pretende demonstrar a especificidade, bem como as potencialidades, da entrevista compreensiva.

¹⁰ Para um melhor entendimento das fontes metodológicas e perspectivas teóricas do autor veja-se Kaufmann, 1996, em especial pp. 121-123 onde ele próprio tece alguns comentários às obras e autores que lhe serviram de modelo e inspiração, bem como o capítulo 1 [11-33] e 4 [75-105].

Theory), sugerida pela primeira vez por Glaser e Strauss (1967) em finais dos anos sessenta (cit. in Diogo Moreira, 1994: 103)¹¹.

Um modo diferente de construir o objecto e fabricar a teoria

No modelo de investigação proposto a elaboração teórica é construída de forma progressiva a partir do trabalho de campo (Strauss, 1992 cit. in Kaufmann, 1996: 22 e 123)¹². Uma tal concepção é contrária à aplicação de metodologias demasiado rígidas, e padronizadas, não só porque as hipóteses de trabalho, designadamente as primeiras, surgem muitas vezes do terreno, como também porque o investigador deverá adaptar e redefinir o seu instrumento de pesquisa em função das descobertas entretanto efectuadas e da teoria em vias de formação. Daniel Bertaux (1997)¹³ e J. C. Kaufmann (1996) tendem a adoptar esta perspectiva que constitui uma espécie de terceira via face à tradição positivista, até há pouco tempo dominante, a qual reduziu as possibilidades de «descoberta» e conduziu a sociologia a um impasse. Rejeitam também, por outro lado, certos «derivados» do modelo clássico que fazem depender a objectivação científica da técnica metodológica em detrimento da teoria. Os autores criticam fortemente o formalismo metodológico e a sofisticação dos instrumentos que escondem, muitas vezes, uma interpretação rudimentar. Aliás, a interpretação, encarada frequentemente com suspeição por ser considerada desfavorável à neutralidade científica, não é aqui evitada, antes pelo contrário, constitui um elemento decisivo de todo o processo, quer para conduzir as entrevistas de modo eficaz, quer para produzir as hipóteses e a teoria.

¹¹ Cf. B. G. Glaser e A. L. Strauss (1967), *The Discovery of Grounded Theory*, Chicago, Aldine.

¹² Cf. Anselm Strauss (1992), *La trame de la négociation. Sociologie Qualitative et Interactionnisme*, Paris, L'Harmattan.

¹³ Bertaux, tal como Kaufmann, defende mesmo a construção das hipóteses a partir do terreno, num «vaivém» constante entre a construção teórica e a realidade empírica (Bertaux, 1997: 21). Tal como o segundo, rejeita uma “concepção neopositivista de análise como *data analysis*, fase posterior à colecta”. Considera que «a análise» “existe ao longo de todo o percurso da investigação – ela consiste em construir progressivamente uma representação do objecto sociológico”. Afirma, ainda, que este tipo de abordagem “assemelha-se mais à do antropólogo de terreno do que à dos sociólogos utilizando inquéritos por questionário” (Bertaux, 1980: 213). Para o autor, o monopólio da cientificidade foi durante muito tempo atribuído ao paradigma funcionalista e aos métodos quantitativos (em França com o estruturalismo), e esta é uma das razões que explicam o abandono quase absoluto das metodologias qualitativas, em particular das histórias de vida, após a 2ª guerra mundial. Ao contrário de Kaufmann, Bertaux tem uma perspectiva mais crítica em relação aos autores que tentam reabilitar as metodologias qualitativas colocando-se do ponto de vista do interaccionismo simbólico. É que esta corrente sociológica não se interessa habitualmente pelas “relações sócio-estruturais” nem pela sua “dinâmica”, ou melhor, a sua “dialéctica” (Bertaux, 1980: 198-199 e 221).

Nesta linha de ideias, Kaufmann defende uma modalidade específica de ruptura com as categorias de pensamento do senso comum e as apreciações subjectivas, que se confunde ela própria com a construção do objecto, que avança também de forma progressiva, em contraste com uma concepção demasiado radical da chamada «ruptura epistemológica» associada ao modelo clássico¹⁴. A este propósito o autor defende, portanto, uma ruptura progressiva, típica do trabalho qualitativo e de uma abordagem compreensiva, capaz de analisar o objecto em várias dimensões, incluindo as dimensões simbólicas, mais próxima das articulações e dos processos, capaz também de fazer sobressair um «relevo» difícil de obter pelas técnicas da quantificação¹⁵.

No modelo clássico de objectivação científica, que Kaufmann propõe inverter, as etapas de investigação seguem uma evolução perfeitamente delineada: primeiro a formulação das hipóteses, de preferência fundamentada numa teoria já consolidada, e depois a construção de um dispositivo de verificação que termina, geralmente, na sua confirmação (Kaufmann, 1996: 20). A metodologia da entrevista compreensiva corresponde a um modo diferente de construir o objecto e de fabricar a teoria. Esta perspectiva integra os dois elementos (teoria e método) do modelo clássico mas inverte as suas fases: “o terreno deixa de ser uma instância de verificação de uma problemática pré-estabelecida mas o ponto de partida desta problematização. (...) O objecto constrói-se pouco a pouco, através de uma elaboração teórica que progride dia após dia, a partir de hipóteses forjadas sobre o terreno” (op cit.: 20 e 22).

¹⁴ Desde o esforço empreendido por Durkheim para conferir um estatuto científico à sociologia que a célebre fórmula de «ruptura com o senso comum» entrou no património, e no uso corrente, da disciplina sem ser, muitas vezes, objecto de questionamento. Vários autores, ao reflectirem sobre os procedimentos científicos de objectivação, chamam a atenção para o risco de um posicionamento que relega para segundo plano as representações colectivas, as imagens e as noções construídas no dia à dia, em suma, «o saber comum», identificado como um «falso saber», o contrário absoluto do saber científico, no limite um «não saber», uma vez que isso significa excluir da análise os processos sociais simbólicos (Silva, Augusto Santos, 1986: 31; Costa, António Firmino, 1992: 17-18).

¹⁵ Vale a pena referir a maneira como o autor expõe o seu método: “(...) a entrevista compreensiva define uma modalidade (...) da ruptura em oposição, não absoluta mas relativa, com o senso comum, num movimento permanente entre compreensão, escuta atenta e análise crítica. A objectivação constrói-se pouco a pouco, graças aos instrumentos conceptuais (...) organizados entre si, dando a conhecer o objecto da pesquisa de uma maneira cada vez mais distante do olhar espontâneo de origem; mas sem nunca romper totalmente com ele. O que permite continuar a retirar conhecimentos do saber comum mesmo quando a construção do objecto atinge uma dimensão que faz sobressair o seu carácter limitado” (Kaufmann, 1996: 22).

Independentemente da discussão acerca da necessidade de elaborar uma hipótese inicial, ou esboço de hipótese, antes de partir para o terreno¹⁶, a ideia mais importante a reter é a de que, neste modelo, a problemática teórica deixa de estar fixada fundamentalmente na fase inicial da pesquisa. Mais ainda, o protocolo de entrevista deixa de ser concebido, única e exclusivamente, como um instrumento de recolha de dados impessoal e de verificação da problemática pré-definida. O trabalho de campo, neste caso concreto o contacto directo com os entrevistados e a grande riqueza do material informativo, constitui um terreno fértil para a «descoberta» e relançamento de novas questões (problemáticas). Todos estes elementos, conceptuais e empíricos, dão corpo ao modelo teórico que vai sendo construído paulatinamente ao longo da pesquisa.

No nosso caso, não se seguiu inteiramente as propostas de Kaufmann acerca da entrevista compreensiva devido à existência de premissas, questões e objectivos prévios contidos no modelo de análise. No entanto, desenvolveram-se procedimentos semelhantes, quer através de uma lógica que concebe a construção do objecto como um processo, e não como uma etapa inicial, quer através de uma análise compreensiva, e em profundidade, das entrevistas.

O problema da validade e representatividade dos discursos

O problema da validade dos resultados e da sua generalização é colocado frequentemente a propósito das entrevistas qualitativas, sobretudo, quando se tratam de abordagens não-estruturadas ou semi-estruturadas. A cautela excessiva com a conduta do entrevistador releva deste tipo de preocupação. Para obviar a esse problema, dá-se então preferência a entrevistas padronizadas e aconselha-se o entrevistador a manter uma atitude neutra, o mais imparcial possível, abstendo-se de fazer interpretações, mostrar surpresa, oferecer explicações no momento ou expressar qualquer tipo de sentimentos e opiniões. Ora, a entrevista compreensiva, preconizada por Kaufmann, diz respeito a uma dinâmica inversa: o entrevistador envolve-se activamente nas questões para provocar o envolvimento da pessoa que está do outro lado.

¹⁶ Kaufmann distancia-se, neste ponto, de uma concepção mais radical que consiste em partir para o trabalho de campo sem nenhuma ideia «em mente» ou «questão de partida». Referindo-se ao autor da «Grounded Theory» ele afirma: “Anselm Strauss vai mesmo ao ponto de aconselhar o investigador a mergulhar no terreno para descobrir as primeiras hipóteses. Eu prefiro, pessoalmente, partir com uma ideia na cabeça (...)” (1996: 22).

A perspectiva «neopositivista», segundo a designação de Bertaux (1980), associada a uma lógica estatística baseada em inquéritos por amostragem, tende a encarar o material obtido através das entrevistas como relatos cujo significado depende da sua correspondência com uma realidade factual. “Para os positivistas, a hipótese das respostas poderem ser um produto da situação de entrevista coloca imediatamente em causa a sua validade” (Moreira, 1994:146). Do lado oposto do debate coloca-se a perspectiva que podemos designar por interaccionismo simbólico, a qual considera o contexto de produção da entrevista absolutamente essencial, quer para a qualidade dos dados, quer para a sua compreensão.

A questão da validade dos dados obtidos através de uma situação de entrevista (em profundidade) não pode ser vista como correspondendo a uma medida estatística, tal como acontece nos métodos quantitativos. A intenção é, muitas vezes, “averiguar que tipo de coisas sucedem mais do que determinar a frequência com que ocorrem aspectos que o investigador já sabe que sucedem” (Loffland, 1984 cit. in Moreira, 1994: 134)¹⁷. Um exemplo diz respeito à repartição das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos que já se sabe ser, de uma maneira geral, desfavorável às mulheres. Interessa, neste caso, analisar os processos, isto é, «como» e «porquê» se chega a esse resultado, bem como o significado que os actores sociais atribuem à divisão sexual do trabalho.

Em todo o caso, persiste sempre a dúvida que consiste em saber quem e quantas pessoas interrogar. Subjacente a esta interrogação está, mais uma vez, a questão da validade dos discursos encontrados e da sua representatividade. Vários autores referem o conceito de saturação como uma das respostas chave para as questões levantadas (Bertaux, 1980; Lalanda, 1998: 878; Moreira, 1994: 82, 103 e 146; Kaufmann, 1996: 29 e 103-104).

A saturação é, na concepção de Kaufmann (1996: 104), entendida como um processo baseado na acumulação de ideias e conceitos que se vão tornando cada vez mais claros e articulados entre si; neste processo, as hipóteses vão afunilando e formando um núcleo central, isto é, o modelo teórico atinge a estabilidade e maturidade.

Segundo Bertaux (1980: 207), o investigador que pretende aproximar-se o mais possível da saturação dos casos, ou dos modelos, deverá tentar diversificar ao máximo os seus informadores. Foi o que procurámos fazer no âmbito deste trabalho ao tentar obter uma diversidade de contextos de coabitação e de significados a eles associados, em termos

¹⁷ Cf. J. Loffland e L. Loffland, *Analysing Social Settings*, Belmont, Cal. Wadsworth, 1984:76.

de pertença social, de género, de percursos de vida e até de zonas de residência dos entrevistados. A tipologia que resultou da realidade social em estudo, contendo uma pluralidade de perfis de coabitação, ao mesmo tempo que constitui um «output» da pesquisa construído a pouco e pouco durante e após o trabalho de campo, serviu também como instrumento interno para «testar» a validade dos resultados, e das hipóteses, através de uma progressiva saturação dos casos sem pretensões de exaustividade. Admite-se que outros perfis de coabitação possam ser encontrados em outros contextos de pertença e de identidade como, por exemplo, nas famílias de empresários, em subpopulações específicas como é o caso dos jovens estudantes a residir longe de casa em cidades universitárias, ou de pessoas idosas inseridas em comunidades rurais com tradições culturais demarcadas ou, ainda, a coabitação de casais homossexuais. Estes últimos foram intencionalmente excluídos da população estudada por uma questão de opção teórica. Já em relação a casais coabitantes recrutados na classe empresarial, principalmente dispendo de capital económico significativo, não se tratou de uma opção dizendo respeito à problemática teórica mas antes de constrangimentos derivados do terreno que impossibilitaram o acesso a esse grupo. Na ausência de uma listagem que pudesse servir de base, como é obvio, o não conhecimento de situações de coabitação nestes sectores sociais deve-se, em grande parte, aos limites das redes de sociabilidade da própria investigadora e dos seus informantes.

Os perfis de coabitação identificados, ao princípio fluidos e de contornos imprecisos, foram-se tornando cada vez mais nítidos e estáveis à medida que o trabalho de campo ia avançando e, principalmente, a análise das entrevistas. No final da investigação empírica, houve a sensação de que as últimas entrevistas realizadas não acrescentavam nada, ou quase nada, aos dados já recolhidos, ou melhor, repetiam, embora com variações, determinados perfis de coabitação já detectados. A fase de saturação do material, embora possa provocar, como refere Kaufmann, um sentimento de crescente «aborrecimento» no investigador, uma vez que o modelo teórico é cada vez menos surpreendido com novas hipóteses, torna-se essencial para testar os resultados e avaliar até que ponto podem ser generalizados (Kaufmann, 1996: 103). A este nível, Bertaux considera que a saturação, mais difícil de atingir do que à primeira vista parece, “preenche em relação à abordagem biográfica exactamente a mesma função que a representatividade da amostra do inquérito por questionário” (Bertaux, 1980: 208).

Na medida em que uma investigação é sempre construída a partir de um feixe de hipóteses, conceitos e modelos, a saturação não pode reportar-se ao todo; tal como sinaliza

Kaufmann, acontece, não raras vezes, que um modelo ou hipótese central não chega a atingir a saturação. O investigador deverá então “expor os seus resultados com prudência, explicitando que eles necessitam de ser confirmados” (1996: 29).

O género do entrevistador e outras influências

Ainda a propósito da questão da validade e fiabilidade dos dados, refira-se, em especial, a discussão acerca da influência dos factores ligados ao entrevistador, designadamente a questão do género.

Mais do que estar preocupado em conservar a distância na relação com o entrevistado como forma de evitar a contaminação dos resultados por efeito das características, pontos de vista e atitudes do investigador, adoptou-se, neste trabalho, um posicionamento segundo o qual ao entrevistador “é exigido que interactue com a pessoa que está a ser entrevistada e que entre no mundo dessa pessoa e na sua perspectiva” (Meason, 1985 cit. in Moreira, 1994: 139)¹⁸. Nesta linha de ideias, defende-se que a qualidade dos resultados vai depender, em grande parte, da qualidade da relação que se conseguiu criar no momento da entrevista. Por outro lado, “sempre que alguém «se conta», conta-se a alguém em concreto e numa determinada circunstância” (Lalanda, 1998: 874).

Encarar a situação de entrevista como uma relação interpessoal não significa ignorar a já longa reflexão metodológica que incide sobre o problema das múltiplas influências do investigador. Na literatura norte americana enfatizou-se a influência da raça mas também de outras variáveis como a idade, estrato social, religião e sexo (Moreira, 1994: 138-39). Mesmo as correntes de pesquisa social mais influenciadas pelo interaccionismo simbólico partilham com a perspectiva positivista algumas preocupações de validade. Neste aspecto, foi dada particular atenção ao contexto de entrevista como forma de interacção e à questão das diferenças (e das semelhanças) em relação aos estatutos sociais do entrevistador e do entrevistado, propondo-se como solução para o problema abordagens informais e pouco estruturadas (Denzin, 1970 cit. in Moreira, 1994: 147).¹⁹

O sexo do investigador no contexto de entrevista, especialmente quando o tema tem implícitas relações sociais de género, torna-se um problema delicado susceptível de

¹⁸ Cf. L. Meason, “Interviewing: a strategy in qualitative research” in R. Burgess (eds.) *Strategies of Educational Research*, Londres, Falmer Press, 1985: 63.

¹⁹ Cf. N. K. Denzin, *The Research Act in Sociology*, Londres, Butterworths, 1970 e, do mesmo autor, *Sociological Methods: a sourcebook*, Nova Iorque, McGraw-Hill, 1978.

influenciar as respostas dos actores sociais. Hoje em dia, existe uma grande pressão para a igualdade entre os sexos que faz com que pareça mal a manifestação de juízos discriminantes em relação às mulheres, sobretudo em frente de um interlocutor mulher e por parte de entrevistados melhor providos de habilitações escolares, de quem se espera, à partida, um discurso mais igualitário. Uma vez que as entrevistas foram todas realizadas pela investigadora, foi necessário um cuidado redobrado a fim de detectar eventuais mecanismos de ocultação e defesa, em particular nas narrativas dos actores masculinos respeitantes às relações de género no casal. O problema encontra assim uma resposta parcial nos procedimentos internos adoptados na análise do conteúdo das entrevistas, a partir do confronto entre teoria e empiria, e na tentativa de decifração compreensiva e em profundidade dos discursos, tanto ao nível das representações, mais susceptíveis de serem influenciadas pelo género da entrevistadora, como ao nível dos comportamentos, através da observação, indirecta, das práticas rotineiras do casal, nomeadamente no que toca à divisão sexual dos lazes e do trabalho doméstico e profissional. Por outro lado, a solução para o problema reside também, e em larga medida, no confronto e comparação dos resultados desta pesquisa com os resultados de outras pesquisas realizadas no nosso país, que utilizando metodologias ora intensivas, ora extensivas, ou as duas em simultâneo, abordaram igualmente o universo dos valores, representações e práticas acerca da família e do casal.

O problema da interferência do género na entrevista foi discutido a propósito da investigação sobre o divórcio e sobre o casamento em Portugal (Torres, 1996 e 2002). Uma das questões principais, refere-se à importância ampliada dos estereótipos de comportamento masculino na organização do discurso dos entrevistados do sexo masculino quando é uma mulher a realizar a entrevista. Para obviar a este problema, Anália Torres recorreu, nas suas pesquisas, a entrevistadores do mesmo sexo dos entrevistados. Embora reconheça que esta alternativa produz igualmente efeitos específicos numa situação de entrevista, a autora considera que a informação assim obtida tende a ser mais fiável. Uma segunda questão, não menos importante, que justifica a opção tomada prende-se com o facto de “muitos aspectos referentes a experiências íntimas (...) serem certamente inconfessáveis a uma pessoa de sexo diferente” (Torres, 2002: 44).

Procuraremos discutir de forma breve estas questões reflectindo a partir de alguns exemplos da nossa própria pesquisa.

Em vez de respostas “mais aceitáveis” por parte de uma entrevistadora mulher, um discurso mais exacerbado em defesa da assimetria de papéis e competências de género pôde ser encontrado em meio operário, no caso de um indivíduo jovem e de um outro com mais idade (68 anos), o que não deixou de causar, em relação ao primeiro, uma certa surpresa. Quando seriam de esperar práticas assimétricas, mais ou menos atenuadas, mas representações mais influenciadas pela força crescente do ideal de igualdade, o discurso normativo de António, com 30 anos, pode ser interpretado como um discurso essencialmente reactivo e defensivo face a um interlocutor do sexo feminino. Ainda mais reforçado quando ele próprio pressupõe a existência provável de cumplicidades femininas decorrentes da presença da sua mulher no momento da entrevista. Mas não convém exagerar este tipo de interpretação. A propósito de várias dimensões da conjugalidade, o entrevistado revelou valores e práticas assimétricos de tal modo incorporados que torna inválida a suposição que o seu discurso resulta fundamentalmente do efeito do género da entrevistadora.

Da nossa experiência do terreno, fica-nos também a impressão de que as dificuldades imputadas aos homens, em comparação com as mulheres, em falar dos territórios da intimidade e das emoções, sobretudo quando se trata de indivíduos com escolaridade baixa²⁰ que recorrem mais frequentemente a traços estereotipados das relações de género, não são necessariamente ampliadas perante um entrevistador do sexo feminino. Antes pelo contrário, falar de si próprio, contar a sua vida privada, expor «fragilidades» e sentimentos, parece-nos uma tarefa mais difícil numa conversa de homem para homem. Prevê-se até que nesta situação os entrevistados do sexo masculino, dependendo dos meios sociais, tenham tendência para afirmar e exhibir traços da masculinidade hegemónica (Connell, 1995)²¹. A pesquisa conduzida pelo antropólogo

²⁰ Estes apresentam geralmente discursos mais curtos e respostas mais sintéticas, mas não menos significativas, comparativamente com os discursos mais longos dos indivíduos do sexo masculino com níveis de instrução superiores. Estas diferenças, ligadas ao maior ou menor poder discursivo consoante os meios sociais, não impede a existência, quer nuns casos, quer noutros, de jogos de ocultação e tentativas de protecção da intimidade. Ann Oakley vai ao ponto de dizer que “os entrevistados são, por vezes, pessoas com um elevado potencial de sabotagem das tentativas para as estudar”. Cf. A. Oakley (1986), *Telling the truth about Jerusalem*, Oxford, Blackwell, p. 252 cit. in Moreira, 1994: 140.

²¹ A “feminilidade normalizada” mas também a “masculinidade normalizada”, entendida esta última como masculinidade hegemónica (Connell, 1995) induz discursos e práticas em consonância com as representações e expectativas normativas associadas a cada um dos géneros, tal como mostram outras abordagens (Amâncio, 1994). Tratando-se de conceitos relacionais, a masculinidade hegemónica, mais de acordo com traços inclusivos de uma imagem típica de

Miguel Vale de Almeida no sul do país mostra-nos, a propósito de uma realidade específica, e utilizando uma metodologia diferente, a observação participante, o processo de construção da masculinidade (hegemónica), que se torna visível na relação que os homens de «Pardais» estabelecem uns com os outros, bem como através da exclusão nos discursos masculinos do universo das emoções. Entendida como modelo cultural ideal, a masculinidade hegemónica ao mesmo tempo que é uma forma de afirmar e manter o estatuto de superioridade dos homens em relação às mulheres, os seus poderes e privilégios, exerce também, segundo o autor, um efeito repressor sobre o comportamento e o discurso masculino, promovendo a auto-censura e formas de policiamento das fronteiras da masculinidade no grupo de pares, isto é, entre homens (Almeida, 1995).

Conforme sublinha Piedade Lalanda, a propósito da sua pesquisa sobre «as transições familiares e a construção da identidade das mulheres», “contar-se ou deixar que outros o levem a isso” não é, para as mulheres e para os homens, “tarefa fácil, em parte porque a auto-reflexão é um exercício nem sempre habitual no quotidiano dos indivíduos” (1998: 880).

Atitudes de maior fechamento, ou mesmo má-vontade em responder, foram detectadas no decurso desta pesquisa em um ou dois casos e podem ser explicadas por outras razões que nada têm a ver com a habitual reserva masculina quando o assunto é a conjugalidade e a vida pessoal, supostamente potenciada por um entrevistador do sexo oposto. De entre um conjunto de factores, estão também as circunstâncias em que decorre o recrutamento dos entrevistados. Refira-se a título de exemplo, o entrevistado nº 37, com 30 anos de idade, militar da Marinha e com habilitações equivalentes ao ensino secundário. Rui Pedro concordou em ser entrevistado em sua casa, enquanto tomava conta da filha pequena, basicamente porque, viemos a saber depois, não teve «coragem» de recusar o pedido que foi feito nesse sentido por intermédio da mulher de um amigo. É que esta última, técnica de recursos humanos, e também ela entrevistada, proporcionou uma oportunidade de emprego à sua mulher Alexandra como operadora fabril. Para além das diferenças de estatuto sócio-profissional, ambos os casais mantêm entre si uma relação de convívio bastante próxima que certamente pesou na decisão de Rui Pedro em «deixar-se entrevistar», embora nitidamente contrariado.

dominância e afirmação da virilidade masculina, inscreve-se em relações de poder/subordinação entre homens e mulheres mas também entre grupos de homens. Connell distingue quatro tipos ou formas de masculinidade: a hegemónica, a subordinada, a cúmplice e a marginalizada (Connell, 1995).

Noutro caso, um discurso algo defensivo e uma certa reserva que não se conseguiu quebrar até ao fim de uma longa entrevista, identificado em outro elemento do sexo masculino, desta vez com formação universitária, pensa-se que deverá estar mais relacionado com a afinidade a nível profissional com a investigadora (e o tema da investigação), do que propriamente com a diferença de género. A este nível, a percepção de uma maior exposição, por parte do entrevistado, já que mais facilmente adivinhava, ou julgava adivinhar, as pretensões da entrevistadora e a interpretação dada às suas próprias palavras, contribuiu para manter a resistência a uma maior abertura e espontaneidade das respostas. Esta atitude revela uma preocupação no sentido de proteger a intimidade, e a sua própria individualidade, que traduz, fundamentalmente, pareceu-nos, uma certa resistência a ser classificado segundo as categorias sociológicas, que lhe eram, afinal, familiares. Foi como se o entrevistado jogasse em dois tabuleiros, desempenhando simultaneamente o duplo papel de sociólogo e de actor social, sem nunca se libertar completamente do primeiro. O mesmo aconteceu, aliás, com pelo menos uma entrevistada do sexo feminino com características sócio-profissionais idênticas.

Outro exemplo, que permite discutir não a questão do género mas da classe social num contexto de interacção, como é o caso da entrevista, é o de Vitalina Matos, a qual vive uma união de facto de longo termo, há cerca de vinte anos, após um divórcio. Notou-se, em algumas partes do seu discurso, tentativas de adequar as respostas àquilo que julgava serem as expectativas e valores da entrevistadora de acordo com a avaliação subjectiva do grupo de pertença da mesma, o qual coincide, aparentemente, com o grupo de referência da entrevistada. Este último assume uma importância fundamental na construção da sua identidade pessoal e social quando se analisam representações e práticas rotineiras. Vitalina, com o ensino secundário, faz parte de um casal dos sectores intermédios, sem filhos, com uma rede de sociabilidades, aspirações e práticas culturais que podemos situar no grupo da pequena burguesia intelectual e científica e, ainda, em sectores melhor posicionados socialmente.

Este exercício de decifração de eventuais condicionamentos das respostas por efeito das características da entrevistadora recorrendo às transcrições mas também à memória e às pequenas notas elaboradas durante o trabalho de campo, nomeadamente quanto ao tipo de interacção criado, ambiente e contexto de produção da entrevista, podia ser multiplicado com a descrição de outros casos. Ele serve fundamentalmente para mostrar a multiplicidade de variáveis, para além do sexo, influenciando a dinâmica da entrevista e o

trabalho de interpretação e descodificação dos discursos que devem ser levados em linha de conta no momento em que se procede à análise dos mesmos. O chamado viés do entrevistador parece, apesar de tudo, ser melhor controlado na situação descrita do que quando se recorre a entrevistadores recrutados. Eventuais inconvenientes de fazer coincidir o sociólogo e o entrevistador na mesma pessoa são largamente compensados pela experiência insubstituível que constitui o contacto directo com a realidade estudada, que permite, entre outras coisas, situar o conteúdo transcrito de cada discurso e fazer comparações entre eles. Além disso, “a gravação não guarda um sorriso ou uma críspação do rosto, uma lágrima ou um simples brilho no olhar ...” (Lalanda, 1998: 879).

A perspectiva feminina e masculina da conjugalidade: entrevista pessoal ou interactiva ?

A estratégia metodológica que consistiu em entrevistar apenas um dos membros do casal, deveu-se fundamentalmente à dificuldade que se antevia, e que veio de facto a confirmar-se no terreno, em encontrar casais coabitantes, com a condição adicional de os dois estarem receptivos e disponíveis para uma entrevista individual. Por outro lado, não podíamos deixar cair um dos objectivos essenciais que era a obtenção de uma população diversificada, de acordo com a problemática definida, do ponto de vista da pertença social e das concepções, percursos e situações de coabitação. Entrevistar os dois membros do casal, em conjunto ou em separado, impunha à partida mais limites, e dificuldades acrescidas, no acesso à população de coabitantes. Estamos, contudo, conscientes das limitações que decorrem da opção tomada, nomeadamente quando se pretendem analisar diferenças de género na forma de encarar e viver a conjugalidade coabitante. Estas últimas tornar-se-iam, porventura, mais salientes e compreensíveis a partir do confronto e comparação directa das respostas femininas e masculinas relativamente a questões semelhantes²², tal como foi feito na pesquisa sobre o casamento em Portugal, na qual os dois elementos do casal foram entrevistados separadamente (Torres, 2002).

A ideia era pois construir um dispositivo de entrevista pessoal a aplicar a um dos cônjuges, o homem ou a mulher, de preferência sem a presença do outro para evitar a troca

²² Foi o que aconteceu excepcionalmente na entrevista nº 36, e também na entrevista nº 41, mas com os dois cônjuges a responderem em simultâneo e na presença um do outro. No segundo caso a versão masculina da história coincide com a versão feminina mas no primeiro caso há divergência de pontos de vista, nomeadamente quanto à forma como cada um dos elementos do casal encara a coabitação.

de opiniões e um possível enviesamento das respostas. Confrontados com o terreno e a multiplicidade de situações concretas, a regra foi quebrada num pequeno número de casos²³ em que ambos os cônjuges estavam presentes no momento da realização da entrevista, geralmente em casa, e um deles envolvido em actividades do dia-a-dia – ela a preparar o jantar mesmo ao lado, ele a tomar conta da filha, ele de saída para o cinema, ela a ver televisão numa sala contígua, etc. Daí resultou uma maior ou menor participação do outro elemento do casal, que inicialmente não tinha o estatuto de «entrevistado», através de intervenções espontâneas ou solicitadas pelo próprio entrevistador. Normalmente aproveitava-se a presença do outro cônjuge – que estava ocupado a fazer outras coisas num local diferente da casa (3 casos), que ia e vinha e escutava parte da conversa (1 caso), que se mantinha discretamente a uma distância próxima (1 caso) e que numa ocasião, após ter sido convidado a participar na conversa, achou até melhor retirar-se (“agora vou-me embora para ele ser sincero”) – para colocar algumas questões sensíveis, relativamente às quais se previam divergências de opinião consoante o género, designadamente no que se refere à repartição das tarefas domésticas. Narrativas mais densas, contadas no masculino e no feminino, relativas à história da formação do casal e às motivações para coabitar foram obtidas no caso da entrevista nº 36 e nº 41, respectivamente, junto de um casal operário e «misto». Contudo, à excepção dos casos referidos, principalmente da entrevista nº 36, em que o elemento feminino do casal se envolveu activamente na conversa, do princípio ao fim, tendo nós acabado por colocar as mesmas questões em simultâneo a um e a outro, num formato de entrevista que resultou interactivo, nos restantes casos a participação dos parceiros traduziu-se em pequenas intervenções pontuais e de duração relativamente curta, geralmente circunscritas à descrição das rotinas individuais e de funcionamento do casal. Nestes, e noutros casos, o elemento do casal entrevistado teve assim oportunidade de responder, a maior parte do tempo, sem a presença do outro.

Nas situações em que houve interacção entre os cônjuges, esta não foi vista de forma negativa, «atrapalhando» o fio condutor das conversas ou condicionando significativamente as respostas da pessoa que estava a ser entrevistada, antes pelo contrário. O sucesso do modelo «interactivo», aplicado parcialmente ou de forma mais

²³ Para além da entrevista nº 36 e 41, em que a participação do outro cônjuge foi mais significativa, refira-se também a entrevista nº 16, 22, 44, 45 e 48, onde essa situação ocorreu embora em menor grau.

intensiva em dois ou três casos²⁴, levou-nos até a repensar a sua utilização em futuras investigações.

A obtenção simultânea de uma versão feminina e masculina das narrativas de vida, ou de pequenos fragmentos descrevendo a vida quotidiana do casal, foram encarados como elementos positivos que, embora não planeados, vieram facilitar e enriquecer o trabalho de análise. Refira-se, em particular, o perfil de coabitação masculina dos sectores operários inclusiva de filhos e que se prolonga no tempo por vontade dos homens, contra o desejo de casar das mulheres, e fundamentalmente assimétrica do ponto de vista das relações de género. O significado associado a este perfil de coabitação tornou-se mais nítido e compreensível quando foi possível cruzar o discurso do homem e da mulher (como aconteceu no caso nº 36), do que no caso nº40 identificado como coabitação masculina numa primeira conjugalidade mas contado exclusivamente no feminino ou, ainda, da coabitação masculina numa segunda conjugalidade contada só no masculino (caso nº 14). O mesmo se pode afirmar da coabitação pré-nupcial ou de experimentação numa segunda conjugalidade do casal nº 41, Alberto e Maria do Rosário, ele operário e ela com um pequeno negócio de cabeleireira, associada a uma maior autonomia feminina e igualdade na repartição das responsabilidades domésticas e dos cuidados com os filhos. A perspectiva feminina e masculina obtida através da narrativa dos dois membros do casal, veio tornar mais perceptível a ideia de experimentação conjugal mesclada com razões económicas que levaram ao adiamento do casamento durante os primeiros sete anos de vida em comum. Vale a pena mostrar aqui um pequeno extracto do discurso de ambos, que se apresenta no essencial convergente, como forma de tornar menos abstracta a reflexão, ainda que breve, acerca das vantagens e desvantagens da interacção conjugal numa situação de entrevista.

MR: Desculpe lá estar a interromper mas ele era do género (...)

F: Não quer vir para aqui? Eu não costumo fazer a entrevista aos dois mas é uma oportunidade.²⁵

²⁴ Refira-se por ordem decrescente (em termos de intensidade da interacção ocorrida no casal em situação de entrevista) a entrevista nº 36 e nº 41 de casais oriundos de meios operários e a entrevista nº 16 de um casal das classes médias diplomadas. Todas elas correspondem a situações de coabitação numa segunda conjugalidade, com filhos comuns e/ou de relações anteriores mas enquanto a primeira foi classificada de coabitação masculina e a segunda de experimentação ou pré-nupcial, a terceira reúne traços do perfil moderno.

²⁵ Até esta altura Maria do Rosário encontrava-se na sala de estar a ver televisão, perto da mesa da sala de jantar onde decorria a entrevista, mas não resistiu a entrar na conversa, tendo sido

MR: Primeiro realmente pensei em juntar, antes de ter outro divórcio em cima, então...quis-me certificar que realmente era uma coisa que ia dar certo. (...) Não quis casar. Resolvi primeiro me juntar e depois quando tivesse tudo tratado logo nos casávamos. Depois tratámos mas depois também não havia situação económica para se casar. (...) Então depois nesta altura começamos a juntar um dinheirinho para fazer a festinha do casamento.

A: (...) E naquela altura, pois tá claro, que não havia, o dinheiro era os dinheiros dos ordenados, e depois pronto, não estava com aquela ideia de me casar logo. (...) para já também tinha saído de um casamento, ela também tinha saído de um casamento, e casar já sem ver se as coisas davam mesmo na totalidade ... por isso é que não pensei logo nisso em casar.

A adopção de uma metodologia flexível não invalida estarmos atentos perante eventuais constrangimentos e efeitos específicos que derivam do facto de um dos cônjuges estar a falar na presença do outro e da interacção que se estabelece entre ambos e o entrevistador. Há determinadas dimensões da relação do casal particularmente sensíveis, como seja a área dos sentimentos, e eventualmente dos pensamentos e episódios que não se desejam partilhar com o outro. Refira-se mais uma vez a entrevista nº 36, já aqui invocada na discussão acerca dos efeitos do género da entrevistadora. Nota-se, a certa altura, no discurso de Paula um certo retraimento e cautela quando exprime sentimentos e procede a comparações com o ex-marido, naturalmente para evitar ferir o actual companheiro. Paula em relação ao António fala em «amor» e em relação ao ex-marido fala em «paixão»: “Correu mal porque a paixão não é a mesma coisa que o amor. Eu nunca deixei de gostar do António, nem nunca gostei do pai do meu filho como gosto dele”. Podemos pensar também que a presença do cônjuge introduz um tipo de justificação para casar que provavelmente não surgiria se a Paula tivesse sido entrevistada isoladamente: “Eu estou bem assim, só que sempre sonhei casar com ele pela igreja”. Sabemos através da análise dos diversos «nós» do seu discurso que a importância que a entrevistada atribui ao laço institucional, e não tanto à cerimónia religiosa, prende-se, em primeiro lugar, com a segurança dos filhos, principalmente do filho do anterior casamento que só aos fins de semana vive com o casal. Tudo indica que na interacção despoletada pela situação de entrevista, Paula vê aí mais uma oportunidade para tentar convencer o António que persiste na sua atitude anti-casamento. O casamento pela igreja, para além da sua carga simbólica, é apresentado ao cônjuge como uma espécie de prova de amor, por oposição ao anterior

encorajada nesse sentido. A partir daí, embora o marido tenha mantido o estatuto de «principal respondente», ela foi quase sempre intervindo.

casamento pelo civil: “Eu não casei na Igreja porque não quis. Pela vontade do pai do meu filho eu tinha casado, mas eu não quis casar pela igreja. Com o António sempre sonhei casar pela igreja (...)”.

A entrada no terreno, o acesso à população de coabitantes e o guia de entrevista

Técnicas utilizadas na recolha de informação

O núcleo problemático da investigação, centrado na ideia de diversidade, consiste em compreender não só a amplitude e a evolução do fenómeno no nosso país mas, principalmente, o significado e a construção social da conjugalidade coabitante. No primeiro caso recorreu-se à análise documental que incluiu a recolha de informação sociográfica, bem como à análise dos resultados de investigações conduzidas no âmbito da sociologia da família portuguesa (Wall, 2000; Ferreira e Aboim, 2002; Aboim, 2002). Para alcançar o segundo, e principal objectivo, as entrevistas em profundidade assumiram uma importância estratégica fundamental e constituíram o procedimento metodológico considerado mais importante nesta pesquisa.

No período que antecedeu o trabalho de campo, foram analisados dados estatísticos sobre o número e as características dos indivíduos que vivem em união de facto em Portugal (por região, idade, sexo e grupo sócio-económico), a partir dos resultados definitivos do Censo de 2001, comparando-os com dados homólogos do Censo de 1991.

Inicialmente pensámos incluir informação sociográfica mais extensa e aprofundada, a partir de dados não publicados pelo INE, com o objectivo de testar algumas hipóteses acerca da coabitação na sociedade portuguesa sugeridas nos trabalhos de investigação referidos. Nesse sentido, fez-se um levantamento detalhado dos dados estatísticos considerados pertinentes para a análise, com base nos dois últimos recenseamentos, tendo em conta o que era possível obter a partir dos questionários aplicados pelo INE e do seu cruzamento (*ver anexo IV*). O primeiro pedido de dados foi enviado em Março de 2002, e mais tarde ao abrigo do protocolo do INE com o Observatório de Ciência e Tecnologia, mas após um compasso relativamente longo de espera e diligências várias que incluíram uma reunião em Lisboa com o técnico responsável pela execução dos dados, esse pedido foi negado por razões que se prendem, segundo o mesmo Instituto, com a perda de

anonimato. O cruzamento de dados extensivos, apesar das limitações decorrentes do uso de fontes secundárias e dados de carácter transversal, com os resultados das entrevistas iria contribuir para um melhor conhecimento da problemática da coabitação em Portugal. No entanto, a tentativa de avaliar as tendências globais do fenómeno através dos recenseamentos populacionais, já em si mesmo limitada, não substitui a análise mais «fina» de outras dimensões, só possível de obter através de um estudo qualitativo, tais como a dimensão dos valores e representações dos coabitantes, as suas motivações para coabitar, o seu percurso biográfico ou as relações de género no casal. O desconhecimento quase total sobre estas temáticas, e em particular, acerca do significado da coabitação do ponto de vista dos actores sociais, justifica as decisões metodológicas tomadas, nomeadamente quanto à escolha da entrevista em profundidade como técnica de recolha de informação.

Descrição do Guião e dimensões de análise

A elaboração e afinação do instrumento de recolha de dados foi um processo de avanços e recuos que demorou algum tempo a estar consolidado, uma vez que dele dependia a parte mais significativa da pesquisa empírica. O guião de entrevista foi sujeito a várias reformulações. Em primeiro lugar, em função das dimensões pertinentes de análise, de início muito centradas na coabitação, depois por estar demasiado extenso e, finalmente, após ter sido confrontado com o terreno através da realização de três ou quatro entrevistas exploratórias²⁶. A preparação do instrumento de recolha de informação junto dos coabitantes portugueses levou também a leituras complementares, nomeadamente na área do funcionamento e integração conjugal, a fim de preencher espaços considerados vazios no modelo de análise, entretanto também ele reformulado.

O guião de entrevista (*ver anexo II*), tendo em conta o seu grau de estruturação, contém questões principais e itens exploratórios; estes últimos redigidos frequentemente sob a forma de perguntas funcionaram como auxiliares de memória da entrevistadora. Mas

²⁶ Uma delas foi incluída no painel de entrevistas a analisar. Trata-se da entrevista nº 1 dirigida a uma estudante universitária que pelas suas características específicas, e por se tratar de um único caso, não foi possível classificá-la em nenhum dos perfis identificados. A jovem residindo numa cidade universitária, a Covilhã, longe de casa dos pais, mantém uma relação de grande proximidade com o namorado mas que ela própria não considera coabitação, apesar do casal passar a maior parte do tempo um com o outro, em casa dele (ele partilha a casa com mais dois colegas rapazes e ela mantém também uma casa alugada só com raparigas, onde guarda as suas coisas), dormir junto, tomar as refeições e estudar em conjunto.

tratando-se essencialmente de uma conversa guiada, as perguntas não foram formuladas sempre da mesma maneira nem na mesma ordem. Procurou-se adoptar uma perspectiva flexível de modo a assegurar não só a qualidade e a profundidade das respostas como também o ritmo e a fluência dos discursos. As palavras exactas utilizadas em cada questão variaram em função do perfil do entrevistado já que uma das preocupações principais foi a de garantir a compreensão das perguntas e simultaneamente estimular a facilidade das respostas. Por vezes surgiram perguntas espontâneas, não previstas no momento da construção do instrumento de pesquisa, provocadas pelo contexto da própria conversa e sempre em busca de mais informação ou, então, na tentativa de adaptar o guião à situação e ao percurso de vida dos indivíduos.

A repetição, que à primeira vista pode parecer demasiado insistente, de questões semelhantes em diferentes fases do guião, ou surgidas informalmente ao longo da entrevista, foi usada como estratégia para conseguir discursos mais densos em dimensões consideradas mais importantes para a análise, ou no intuito de esclarecer zonas mais nebulosas, contradições ou «sentidos» deixados incompletos numa primeira «versão» da narrativa. Aconteceu, não raras vezes, que só num segundo momento, quando os entrevistados se sentiam mais à-vontade e à medida que crescia a confiança mútua, o entrevistador foi levado a descobrir as linhas de força que organizavam cada discurso particular, prosseguindo assim naquele momento, e posteriormente, a sua pesquisa de sentido.

Como refere Jane Ribbens (1989)²⁷, uma das regras de ouro na condução de entrevistas é não ter pressa de acabar e outra, de que pouco se tem falado, é a capacidade de escuta por parte do entrevistador/investigador (cit. in Moreira, 1994: 140). Numa situação de entrevista os silêncios não devem ser sentidos como “falhas” mas antes como espaços que criam oportunidades, principalmente à pessoa que está a responder, para pensar e reflectir sobre os assuntos. A importância do silêncio tem sido enfatizada em outras áreas científicas, nomeadamente na relação paciente-psicoterapeuta (Vidigal, 1988); embora perseguindo objectivos diferenciados, estas situações têm em comum com as entrevistas dos sociólogos colocarem à prova a capacidade de escuta e entendimento do outro, proporcionando, ao mesmo tempo, o contacto directo com o “objecto de estudo

²⁷ Cf. Ribbens, J., Interviewing – an «unnatural situation», *Women’s Studies* (12): 579-92.

enquanto objecto falante”²⁸, ou seja, o narrador. Mas, tal como adverte Kaufmann, a compreensão da pessoa é um instrumento de pesquisa cuja finalidade é a explicação compreensiva da realidade social.

Tratando-se de uma entrevista semi-directiva, o guião foi concebido fundamentalmente com base em perguntas abertas, sem excluir o uso de algumas questões semi-abertas e outras fechadas. Neste último formato estão, por exemplo, questões relativas à repartição das tarefas domésticas e aos ideais acerca do funcionamento do casal. Para além do registo áudio, que inclui comentários a estas mesmas questões, as respostas de tipo fechado foram assinaladas na ficha de caracterização dos entrevistados (*ver anexo I*).²⁹ Normalmente a entrevista começava pelo preenchimento da primeira parte deste pequeno questionário de identificação, antes de ligar o gravador e passar à aplicação do guião de entrevista propriamente dito. Esta primeira abordagem teve também a função de provocar o interconhecimento, «descontrair» e «criar ambiente».

O uso do gravador foi bem aceite pela generalidade dos participantes, depois de serem cuidadosamente explicados os objectivos da pesquisa e assegurada a confidencialidade e o anonimato da informação assim obtida. Ao fim de pouco tempo, os respondentes esqueciam-se literalmente que o gravador estava ligado. O facto da informação recolhida assumir um carácter muito pessoal, revelador de «intimidades», exigiu cuidados redobrados, quer no seu tratamento³⁰ quer, numa primeira fase, na explicitação junto de cada entrevistado do uso que seria dado à gravação e à utilização de eventuais citações.

De modo a garantir que as pessoas que participaram nesta pesquisa não sejam identificadas, foi atribuído um pseudónimo, como é habitual nestes casos, a cada

²⁸ Piedade Lalanda utiliza esta expressão ao reflectir sobre um percurso de investigação assente na «entrevista compreensiva» (op. cit.: 871).

²⁹ Mais precisamente, na segunda parte da ficha de caracterização dos entrevistados e cônjuges. A primeira parte inclui uma série de variáveis e indicadores, tais como, o sexo, a idade, o concelho de residência, a situação conjugal, a duração da união, o estado civil, os filhos comuns e de relações anteriores, a composição do agregado doméstico, a religião, o grau de escolaridade, o nº de uniões e indicadores sócio-profissionais usados na classificação dos entrevistados e cônjuges em classes sociais.

³⁰ Refira-se como exemplo os quadros respeitantes à caracterização dos casais em grupos sociais (ver subcapítulo anterior relativo à caracterização dos coabitantes) em que aparece a idade, o nível de escolaridade e a trajectória profissional de ambos os cônjuges. Julgou-se necessário omitir, nalguns casos, o nome das empresas e mesmo o tipo de organizações onde trabalham (ex.: universidade) na medida em que uma informação aparentemente neutra e pouco «comprometedora» contida nesses quadros podia quando associada aos extractos das entrevistas citados mais à frente (através do nº de entrevista), conduzir à identificação dos entrevistados e respectivos discursos com a consequente perda de anonimato e confidencialidade dos mesmos.

entrevistado e respectivo cônjuge e, também, um número de entrevista no sentido de facilitar o trabalho de classificação e interpretação dos dados.

Partindo fundamentalmente de uma técnica de recolha de informação intensiva, a da entrevista em profundidade a casais coabitantes, tentou-se captar práticas e representações sobre inúmeros aspectos relacionados com a conjugalidade e o percurso de vida dos entrevistados: namoros anteriores, trajectos conjugais e profissionais, iniciação sexual, processo de entrada e formação do casal, organização e interacção conjugal, ideais e normas sobre a relação do casal, atitudes, projectos, representações e valores relativos à coabitação e ao casamento.

O guião encontra-se dividido em oito partes, umas consideradas absolutamente essenciais para os objectivos da pesquisa e as problemáticas delineadas, outras de carácter complementar deixadas intencionalmente mais para o final da entrevista relativas, por exemplo, às diferentes formas verbais de nomear os cônjuges (marido, mulher, namorado/a) em diferentes contextos e situações sociais, ou ainda sobre aspectos do relacionamento com os familiares mais directos, e as atitudes destes perante a coabitação, não abordados anteriormente.

Na «História Pessoal», para além da descrição da trajectória profissional, do próprio e do cônjuge, por onde normalmente se iniciava a conversa, procurou-se que os entrevistados falassem do seu passado, da sua família de origem, das suas experiências pessoais, incluindo aí o seu percurso afectivo e/ou conjugal.

Em «A Entrada em Casal», os entrevistados contavam como o casal se conheceu, o início do relacionamento sexual, como evoluiu a relação, quem teve a ideia de ir viver junto, porquê e ao fim de quanto tempo. A história da formação do casal aborda ainda os projectos, as expectativas de durabilidade e o sentimento de compromisso nos primeiros tempos de vida em comum.

Em «Coabitação e Casamento», casar ou coabitar, eis a questão, procura-se saber as razões e justificações para coabitar, a percepção que os homens e as mulheres têm das vantagens e desvantagens da coabitação, se este tipo de escolha se encontra relacionado com expectativas mais elevadas de liberdade e autonomia pessoal, com a rejeição dos papéis tradicionais de género ou a noção de privatização do casal. Nesta parte interessava igualmente captar a visão dos entrevistados sobre a coabitação e o significado que lhe é atribuído (experimentação, etapa antes do casamento, situação que pode durar sem casamento). Procurou-se explorar também aqui as diferenças no casal quanto ao desejo de

casar, as razões e iniciativas para casar, intenções, projectos e atitudes face ao casamento, percepção de ganhos e inconvenientes, ausência ou existência de pressão social para casar e ainda a relação entre casamento e filhos.

Em «Vida em Casal Hoje», procurou-se obter narrativas dos coabitantes sobre várias dimensões da vida conjugal: as rotinas diárias, os tempos livres e sociabilidades, a comunicação a dois, as tarefas domésticas, a organização do dinheiro, a satisfação conjugal, as tensões e conflitos. Em suma, pretende-se estudar os modos de interacção e organização do casal a partir, fundamentalmente, do eixo autonomia / fusão e igualdade / assimetria de papéis de género.

Examinar as práticas, normas e ideais na perspectiva do que se faz ou acha que se deve fazer, junto ou separado, remete para o conceito de coesão do casal. Este último, comumente empregue nas tipologias familiares mais conhecidas³¹, “refere-se à natureza do laço social que une internamente o casal, laço que pode assentar em relações e normas (...) mais centradas na fusão ou na autonomia” (Wall e Aboim, 2002: 479). Aliás, estas dimensões da dinâmica conjugal não se produzem, de acordo com a perspectiva de análise adoptada, à margem dos contextos sócio-económicos de existência, nem se encontram desligadas das relações de género. Um dos nossos propósitos consiste em analisar a questão da igualdade de género na conjugalidade coabitante a partir da divisão sexual do trabalho profissional e doméstico e, ainda, observando o modo como se constroem espaços de autonomia pessoal no masculino e no feminino, nomeadamente na esfera das sociabilidades e lazeres. Os convívios e actividades de lazer, e a sua valorização ou desvalorização por parte dos coabitantes, serviram ainda para aferir a maior ou menor abertura face ao mundo exterior. Embora assumindo uma importância lateral na pesquisa, a integração externa do casal e da família, constitui um dos eixos tipológicos, juntamente com a coesão, mais frequentemente empregue nos trabalhos que adoptam os contributos teóricos do interaccionismo simbólico³².

³¹ Ver capítulo 3.

³² Ver as tipologias de Reiss (1971), de Kellerhals (1987) e de Roussel (1980, 1989 e 1991) referidas no capítulo 3. No contexto português, o trabalho mais recente coordenado por Karin Wall (2005) identifica seis tipos de interacção com base nos conceitos de integração externa e coesão interna de inspiração interaccionista (os tipos paralelo, paralelo familiar, bastião, fusão aberta, confluyente e associativo); as dinâmicas internas da conjugalidade são articuladas com os valores mais institucionais ou mais companheiristas (dimensão orientação), com as divisões de género no casal e a sua posição na estrutura social (ver em especial o capítulo 5, “Dinâmicas de interacção e tipos de conjugalidade” pp. 231-302). Nesta pesquisa, o conceito de integração externa, que traduz a abertura ou o fechamento do grupo familiar, é analisado ao nível das práticas (de lazer,

A quinta parte do guião refere-se à dimensão simbólica dos «Valores e Orientações face à família e à conjugalidade». Tentou-se aqui aprofundar aspectos das representações dos entrevistados sobre a coabitação, o casamento e a sua própria conjugalidade. Esta parte inclui questões sobre o compromisso e a perenidade do casal, a ruptura conjugal, a fidelidade, a privatização e a desinstitucionalização do laço que une o casal e, ainda, ideais de funcionamento conjugal (nas decisões, no tempo juntos, na comunicação a dois, na divisão sexual do trabalho).

Na última parte do guião de entrevista procurou-se ainda introduzir o tema «Conhecimento da Legislação», de modo a avaliar a percepção que os coabitantes têm dos seus direitos e obrigações legais, nomeadamente em relação aos filhos, bem como a sua perspectiva sobre as diferenças ou semelhanças de estatutos, e em matéria de protecção social, face às pessoas casadas.

Trabalho de campo e população

Como se depreende da problemática escolhida para a realização da pesquisa, o estudo incidiu sobre uma população composta por indivíduos de diversos meios sociais, homens e mulheres, que vivem em união de facto e/ou que estando actualmente casados entraram na conjugalidade por via da coabitação.

O trabalho de realização das entrevistas desenvolveu-se ao longo do ano de 2003. À medida que as entrevistas foram avançando e nos fomos apercebendo da existência de alguns perfis de coabitação predominantes, embora numa primeira abordagem e numa fase ainda precoce de confronto entre teorização e realidade empírica, procurámos colmatar lacunas junto de determinados perfis de coabitantes. Refira-se a título de exemplo, o grupo dos licenciados que casaram após um período de vida em comum, relativamente aos quais havia a noção, com base nas pesquisas sociológicas de carácter extensivo, de constituírem o contexto social mais frequente da chamada coabitação pré-nupcial mas que pareciam escassos na realidade encontrada.

Foram entrevistados ao todo quarenta e oito indivíduos, homens e mulheres, abrangendo um número igual de casais, numa primeira ou numa segunda conjugalidade, de diferentes idades, de diferentes grupos sociais e diferentes durações das respectivas uniões

actividades políticas, religiosas ou outras) e das sociabilidades com outras pessoas. Outros autores dirigem o olhar para as representações como, por exemplo, na tipologia de Reiss, a percepção aberta ou desconfiada do mundo social ou focam outros aspectos das práticas, normalmente hábitos de consumo cultural ou de informação (Kellerhals *et al.*, 1982).

conjugais, com filhos e sem filhos, e que na maioria dos casos (35) se mantinham em coabitação informal no momento da realização da entrevista.

A pesquisa de terreno implicou deslocações e estadias mais ou menos prolongadas fora da zona habitual de residência da investigadora (a Covilhã), que se revelaram produtivas na sua concretização mas que, por outro lado, dificultaram o trabalho, que se pretendia realizar em simultâneo, de tratamento e análise da informação recolhida junto dos coabitantes, durante períodos de dedicação quase exclusiva, e a tempo inteiro, às entrevistas.

A maioria dos entrevistados reside na área metropolitana de Lisboa, incluindo Lisboa centro e concelhos limítrofes, estendendo-se à margem sul (concelho de Almada, Seixal, Setúbal, Pinhal Novo); foram também realizadas algumas entrevistas na Covilhã, incluindo aquelas que serviram para testar o guião de entrevista.

O trabalho de campo implicou uma investigação paralela para “descobrir” os coabitantes e a forma de os contactar, tendo-se recorrido à própria rede de amigos, conhecidos e familiares da investigadora, bem como à dos próprios entrevistados que foram indicando outros potenciais entrevistados, numa verdadeira “bola de neve”. Apesar do recrutamento e selecção dos coabitantes não ter sido orientado por critérios de representatividade tentou-se, ainda que de forma imperfeita, obter uma população com um número equivalente de indivíduos de ambos os sexos distribuídos por diferentes grupos sociais, uma vez que o género e a classe social, de acordo com as nossas premissas, são vistos como tendo uma influência fundamental na forma como é construída a conjugalidade.

As entrevistas em profundidade tiveram uma duração nunca inferior a duas horas e meia, geralmente mais, dependendo da intervenção dos entrevistados, da dinâmica da própria entrevista, do tempo disponibilizado pelos respondentes e consequente adaptação das questões colocadas. Todas as entrevistas foram realizadas pela investigadora e gravadas em registo áudio.

Seguiu-se o trabalho longo e moroso de transcrição integral das entrevistas,³³ com o objectivo de se proceder à análise do seu conteúdo. Este tipo de procedimento, em contraste com a transcrição selectiva, tem vantagens notórias, sendo a principal, na nossa

³³ Este trabalho foi realizado em parte pela própria investigadora e também mediante o recrutamento de vários colaboradores.

perspectiva, evitar perder dimensões das narrativas que num segundo momento podem revelar um significado importante.

O processo de construção da tipologia

Numa primeira abordagem do material empírico obtido durante o trabalho de campo, foi possível desenvolver um “mapa” com vários perfis de coabitação (*ver anexo III*), em cuja construção se começou a trabalhar posteriormente, tendo entretanto surgido novos perfis, através de uma análise, em profundidade, das entrevistas. A primeira abordagem, muito próxima da intuição, permitiu desenhar o esboço dos tipos de coabitação mais salientes, ligando-os a determinadas categorias ou grupos de coabitantes – os jovens, os pobres, os licenciados, os operários, as mulheres e os homens.

Procurando conciliar a pesquisa de sentido em relação a cada discurso singular com a análise comparativa entre grupos de entrevistados, descobrimos nalguns casos semelhanças e sobreposições, e noutros dissemelhanças, que à primeira vista não tínhamos sequer suspeitado. A versão provisória da tipologia foi objecto de maior aprofundamento através do confronto das narrativas de vida com a interpretação até que se chegou a um significado mais estável e seguro para cada um dos perfis identificados. De acordo com o posicionamento teórico-metodológico adoptado, achámos preferível trabalhar a partir do material obtido, que revelou grande riqueza e diversidade, em vez de seleccionar uma teoria prévia ou grelha tipológica e em seguida procurar elementos de verificação da mesma. Isto não significa que a interpretação e a tentativa de decifração compreensiva dos discursos não tenha sido orientada pelo quadro de referência teórico-conceptual desta investigação, beneficiando a mesma também, por outro lado, dos dados substantivos alcançados por pesquisas que abordam o tema da coabitação, em particular as que procuram relacionar tipos ou perfis de coabitação com categorias específicas da população e grupos sociais (Aboim, 2002; Bawin-Legros, 1988; Roussel, 1986; Smart e Stevens, 2000; Villeneuve-Gokalp, 1990).

Na análise e apresentação dos resultados da investigação empírica seguiu-se igualmente uma metodologia flexível já que em relação a alguns perfis optámos por apresentar um caso ilustrativo enquanto que noutros houve a necessidade de proceder a comparações na construção do texto. Houve sempre a preocupação de não destruir, pela sua fragmentação, a riqueza e singularidade das biografias individuais que uma análise por temas, mediante a comparação em simultâneo de vários entrevistados a propósito da mesma questão, ou núcleo de questões, podia conduzir. No entanto, esta metodologia, ou etnometodologia, na designação de Bertaux, pretende chegar a “lógicas mais amplas”, isto

é, “ultrapassar as singularidades de cada narrativa e construir progressivamente uma representação sociológica das componentes sociais (colectivas) da situação em estudo” (Bertaux, 1997: 33 cit. in Lalanda, 1998: 876). De modo a passar do nível individual para o colectivo, a análise das narrativas individuais de homens e mulheres que viveram experiências ou situações de coabitação exigiu, pois, a comparação entre casos diferentes.